



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO BACHARELADO EM HISTÓRIA

EFIGENIA ROCHA RIBEIRO

“SOMOS OCUPANTES, NÃO INVASORES!”
OCUPAÇÃO URBANA E MOVIMENTO SOCIAL
EM FORTALEZA (1979-1999)

FORTALEZA

2013

EFIGENIA ROCHA RIBEIRO

“SOMOS OCUPANTES, NÃO INVASORES!”
OCUPAÇÃO URBANA E MOVIMENTO SOCIAL EM FORTALEZA
(1979-1999)

Monografia apresentada ao Curso de História
do Departamento de História da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em História.

Orientadora: Profa. Dra. Afonsina Maria
Augusto Moreira

FORTALEZA

2013

EFIGENIA ROCHA RIBEIRO

“SOMOS OCUPANTES, NÃO INVASORES!”
OCUPAÇÃO URBANA E MOVIMENTO SOCIAL EM FORTALEZA
(1979-1999)

Monografia apresentada ao Curso de História
do Departamento de História da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em História.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Afonsina Maria Augusto Moreira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a.Dr.^a. Kênia Souza Rios
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus filhos: Júlio Autran Rocha Feijão e
Jonas Cesar Rocha Barbosa. A todos os
moradores das comunidades ocupadas em
Fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por me dar forças nos momentos mais difíceis da vida, e de onde busco serenidade para jamais desistir dos meus sonhos.

Aos meus pais, minhas homenagens póstumas, pois deram-me as condições materiais necessárias para que concluísse meus estudos, e apoio moral para não desistir nos momentos difíceis de minha trajetória escolar.

Ao meu companheiro de luta e vida Jacó Ferreira de Mello, que nesses dois anos de convivência diária tem dedicado seu tempo a me ajudar, cuidando de meu filho para que conseguisse concluir este trabalho, e me auxiliando com informações, levando-me às comunidades e me apresentando aos entrevistados.

À minha orientadora professora Afonsina Maria, que além de me ajudar na elaboração do trabalho vem se mostrando uma amiga para todas as horas.

A professora Kênia Rios, por ter me ajudado com importantes dicas, inclusive fornecendo livros significativos para minha pesquisa. E por ter a honra de desfrutar de sua amizade.

Ao professor Jailson Silva, por ter aceitado o convite de participar da Banca, disponibilizando seu tempo para comigo.

Ao Grupo Crítica Radical por ter me proporcionado o acesso ao arquivo da União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF), e por ter me ajudado em minha formação enquanto militante, em busca de uma sociedade verdadeiramente emancipada.

A todos que participaram direta e indiretamente dessa pesquisa em especial aos meus entrevistados que se mostraram receptivos à pesquisa e contribuíram doando seu tempo e informações indispensáveis a elaboração desta monografia: Vilani de Souza Oliveira (primeira presidente da UCGF) Gilberto Américo Fialho (ex-diretor da UCGF, e ex-morador de comunidade ocupada), Judith Mirna da Silva, (a Mirna do Barroso II), Benedito da Cruz (seu Bené do Cônego de Castro), Francisco Jose Ângelo (seu Didi do Castelinho), Seu Antônio e seu Airton do Castelinho, Maria do Socorro de Queiroz Harrenger (a Socorro da Leste-Oeste), Gislene Barros Silvestre (a Giza da Leste-Oeste), Dona Ivoneide (“Dona Prefeita” do Parque Santo Antônio), Francisco Iranildo da Silva (o Iranildo neguinho), e demais colaboradores: Carlos Ponte Alta (o Carlão) que me deu o roteiro das pessoas que deveria procurar em cada comunidade, me ajudando com informações desde o início. Deilza Chaves (moradora e coordenadora das ocupações do Ipaumirim - Conjunto São José da Conquista e Novo Renascer), Dona Maria Silva das Goiabeiras, José Bruno Filho, José Maria Tabosa (o Zé Maria do Pirambu) e Pedro Henrique que me ajudou com a revisão. A todos os meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

As ocupações de terreno em Fortaleza compuseram destacadas experiências político-sociais, em especial, entre o final de 1970 e décadas de 1980-1990. Por meio das informações obtidas através da análise documental, tais como fontes orais (entrevistas com moradores das comunidades ocupadas e ex-membros da União das Comunidades da Grande Fortaleza - UCGF), fontes escritas (panfletos, documentos datilografados da UCGF, atas, jornais e revistas) e também da bibliografia selecionada, busquei compreender como se organizaram essas ocupações, de que modo os ocupantes, chamados de “invasores” em vários meios, conquistaram o direito da casa própria e se inseriram em diversas lutas daquele período. Procurei traçar um perfil do ocupante, o cotidiano de moradia, analisar a prática das ocupações, suas implicações e como era a relação entre os ocupantes e entidades do movimento pela moradia em Fortaleza, com ênfase para a União das Comunidades da Grande Fortaleza.

Palavras-chave: movimento social, ocupação urbana, luta pela moradia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
 PARTE I: Ocupação urbana em Fortaleza e antecedentes.....	15
1.1 Perfil dos ocupantes.....	19
1.2 O cotidiano nas ocupações.....	23
1.3 (Des)ocupação, repressão.....	33
1.4 O Projeto Castelinho.....	40
 PARTE II: Estado, a questão da moradia e o movimento social.....	45
2.1 A política e o movimento social.....	51
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	69
APÊNDICE I.....	73
APÊNDICE II.....	75
ANEXO.....	80

INTRODUÇÃO

“A cidade não pára
A cidade só cresce
O de cima sobe e
O de baixo desce.”

(Chico Science & Nação Zumbi
João Higino Filho)

A cidade na contemporaneidade vem sendo analisada, estudada e discutida por diversos campos do conhecimento, tornando-se tema e objeto de estudo da Geografia, Sociologia, Antropologia, Arquitetura. Nas últimas décadas a historiografia tem incorporado a cidade aos temas e objetos de análise, compreendendo sua dinâmica e especificidades, com suas contradições, tensões e conflitos.¹

Meu desejo de estudar a urbe nasceu de minhas andanças pela cidade, e, mais precisamente, quando comecei a conhecer comunidades que foram frutos de ocupações urbanas. Surgiu então o interesse em compreender as experiências de moradores da “cidade desconhecida”, pessoas que não tendo como pagar aluguel resolveram se organizar em entidades e lutar por moradia e serviços básicos: fornecimento de água, luz e demais equipamentos que garantissem sua permanência nesses lugares.

Ao escolher pesquisar sobre as ocupações urbanas em Fortaleza, do final de 1970 e entre as décadas de 1980 e 1990, deparei-me com experiências de vida e formas de organização das populações carentes que me instigaram a desenvolver este tema no Curso de História da Universidade Federal do Ceará, trazendo a mim um desafio de compor uma trama histórica, que envolve significativo número de pessoas que participaram de ocupações e viram suas vidas mudarem literalmente “da noite para o dia”. Envolve os movimentos sociais que lutaram em busca de um sonho maior de transformação da realidade e da sociedade, sonho de vivermos em uma sociedade “não capitalista” e, assim sendo, sem desigualdade social.

Ao dizer Fortaleza podemos observar que existe a Fortaleza dos cartões postais de

¹ No circuito letrado do final do século XIX e início do XX em Fortaleza o tema da cidade esteve em pauta. Um dos olhares lançados na e para a cidade situava-se na perspectiva higiênico-sanitarista, para evitar a transmissão de doenças e a concretizar o sonho de uma ordenação visando o “progresso”. No Ceará, um dos estudiosos foi Rodolfo Teófilo, homem ligado às ciências, farmacêutico, e tinha interesse em levar a vacinação como forma de prevenção de epidemias. TEÓFILO, Rodolfo. Varíola e Vacinação no Ceará, 1905-1910. Edição Fac. Similar, Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

“sol e mar”, cidade turística que vai da Avenida Beira-Mar aos shoppings. Construção presente no imaginário de moradores e daqueles que a conhecem pelas imagens mostradas em diversas mídias. Nessa Fortaleza das pessoas de alto poder aquisitivo vemos as contradições em seu interior, a exemplo do Campo do América, onde riqueza e pobreza se contrastam entre moradores “vizinhos”.² Mas existe a “outra cidade”, a cidade da periferia: dos terminais de ônibus lotados, das casas com seus esgotos a céu aberto... São realidades opostas, imbricadas, tensas da capital cearense, espaço multifacetado.

Portanto a cidade é múltipla e não posso falar apenas de um viés da cidade, pois são várias cidades dentro desse espaço. Os habitantes criam, recriam a cidade e tem um olhar diverso, antagônico, sobre ela e a partir dela. São muitos os fatores quem envolvem as vivências, as “memórias” na cidade: condições sociais do indivíduo, se mora nela desde que nasceu, se escolheu a cidade para morar, o tempo de permanência...

José D’Assunção (2007) elenca vários fatores de estudo da cidade diversa: historicidade, população, econômico, político, organização, cultura, o imaginário e função.³ Para este estudo vejo que os aspectos mais importantes a serem discutidos envolvem fatores, tais como: população e organização do espaço urbano, fatores econômicos e políticos, a exemplo do desemprego e da especulação imobiliária que empurram os que não têm recursos financeiros a ocuparem e formarem as favelas.

Várias intenções foram sendo propostas ao longo da minha pesquisa. A primeira ideia consistia em produzir um estudo sobre a União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF), já que essa entidade teve significativa atuação no “movimento dos sem-teto”, não sendo a única, pois existe até hoje a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF).⁴ Inicialmente as primeiras questões por mim levantadas foram: como surgiu a UCGF, sua atuação política na cidade (eleição de Maria Luiza Fontenelle para Prefeitura de Fortaleza em 1985), e de âmbito mais nacional (uma das primeiras manifestações contra o Governo Collor em 1991 na cidade de Juazeiro do Norte). Em segundo lugar, como foram sendo constituídas as ocupações que ampliaram o espaço físico-geográfico da cidade, fazendo parte da malha

² O Campo do América é como uma “ilha de pobreza” em meio a prédio luxuosos no coração da Aldeota, bairro nobre da cidade. Localiza-se entre as ruas José Vilar e Nunes Valente. Oficialmente a comunidade do Campo do América fica no bairro Meirelles, mas pra quem é morador de Fortaleza sabe que informalmente parte daquela área é chamada de Aldeota.

³ BARROS, José D’Assunção. Cidade e História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

⁴ A Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF) surgiu em 1982, fruto de processos de lutas e mobilizações comunitárias ocorridas em vários bairros de Fortaleza, mais notadamente como resposta aos conflitos surgidos em torno da ocupação do solo urbano. Sua finalidade é contribuir com a mobilização e a organização do movimento comunitário, objetivando levar os moradores dos bairros a conquistar seus direitos de cidadania e engajar-se de forma prepositiva na elaboração das políticas públicas da cidade e, em nível maior, nas próprias decisões nacionais. Fonte: <http://fbfffortaleza.blogspot.com.br/>.

urbana atual.

No decurso da pesquisa vi que o principal foco não era narrar a trajetória da UCGF enquanto instituição, e sim analisar como se dava a organização das ocupações. Como as pessoas iam para o terreno? Como se mantinham lá? Portanto meu interesse se voltou para ouvir os moradores, suas narrativas memorialísticas e assim tecer esse estudo monográfico.

Foi no ano de 2011 que passei a visitar as comunidades, consideradas favelas por uma parte da população(a que não mora nela), na companhia do militante e ex-diretor da UCGF Jacó Ferreira de Melo, fator de muita relevância para o recorte da pesquisa. Percebi a minha própria cidade e me deparei com uma face da cidade desconhecida para mim. Sabia da trajetória de luta da UCGF, por eu mesma ter militado no movimento estudantil na década de 1990 e ter participado do “Movimento Fora Collor” em 1992, quando vários setores se uniram naquelas mobilizações. Porém, foi por meio daquelas visitas que conheci melhor as ações da entidade. No decorrer da vida tenho me dedicado a lutar por um mundo mais justo fora dos partidos, mas engajada em grupos que ainda buscam a transformação da sociedade.

Visitando as comunidades descobri que elas não existem oficialmente. Onde fica a Rosalina? Onde fica o Castelinho? As comunidades se inserem dentro dos bairros e só algumas ocupações são "reconhecidas" pelas gestões municipais e "oficializadas". O bairro Couto Fernandes, por exemplo, nasceu da ocupação da favela da José Bastos em 1978-79 e hoje faz parte do conjunto de bairros que formam nossa capital. A maioria dessas comunidades é considerada favela e enquanto favelas não aparecem nos mapas oficiais da cidade. Fotografias não reveladas, negativos da paisagem emoldurada?

Foi a partir das primeiras entrevistas que pude perceber que minha pesquisa precisava dar mais importância à oralidade, às narrativas memorialísticas dessas pessoas e que através do estudo dessas narrativas poderia compor esta história. Os entrevistados, moradores das comunidades, já conheciam Jacó Ferreira de longa data, o que facilitou a obtenção de seus depoimentos. Quanto aos militantes entrevistados e aqueles que me forneceram informações sem gravar entrevista, já os conhecia da minha trajetória pessoal de luta.

Parte das entrevistas foi com ex-diretores da entidade e a maioria deles morou nos locais ocupados. Não era uma direção “apartada” dos ocupantes que só aparecia para reuniões e debates, Jacó, Gilberto, Carlão, Iranildo e muitos outros moravam em locais ocupados, vivenciando em seu cotidiano as tantas dificuldades.

Não fiquei restrita às fontes orais, as fontes escritas e a bibliografia foram importantes na consecução de uma escrita possível sobre o tema das ocupações urbanas em

Fortaleza nos idos de 1979 a 1999. Portanto, das fontes usadas nesse trabalho monográfico destaco: as entrevistas; o acervo do arquivo da União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF) que hoje se encontra na sede do grupo Crítica Radical; os jornais desse acervo e documentos da mídia virtual.

As indagações foram sendo elaboradas a cada entrevista realizada, fonte escrita e bibliografia lida, o que me levou a fazer os seguintes questionamentos, valendo esclarecer que o aprofundamento das questões uma a uma é um indicativo para novos estudos: como se dava o processo de organização das pessoas que necessitavam de moradia e como a entidade intermediava esse processo? Como era o dia-a-dia dentro da ocupação? Durante o processo de ocupação, resistência e construção das moradias o que esta experiência trouxe de mudança de vida para estas pessoas?

Como as ocupações na cidade foram muitas ao longo do período por mim estabelecido, busquei alguns critérios para eleger aquelas que comporiam esta pesquisa, fosse pela truculência do despejo, ou pela resistência dos ocupantes em permanecer. Ou no caso do Castelinho, por ter sido feito um projeto especialmente para ela. Assim, as comunidades analisadas neste trabalho foram:

- Barroso II - localizada próximo ao Castelão.
- Castelinho também na área de entorno do Castelão.
- Cônego de Castro, conjunto de prédios ocupado na Avenida Cônego de Castro no Parque Santa Rosa.
- Leste-Oeste, localizada na Avenida de mesmo nome, entre o bairro Carlito Pamplona e Cristo Redentor.

O diálogo bibliográfico não está restrito à escrita de historiadores. Os trabalhos do professor José Borzacchiello da Silva do Departamento de Geografia da UFC foram de grande importância para esta pesquisa, principalmente sua tese de Doutorado sobre os movimentos sociais em Fortaleza, pois o professor deu atenção à análise crítica sobre a cidade, o seu desenvolvimento como metrópole urbana e a questão da expansão e ocupação do espaço geográfico de Fortaleza.⁵ Outros autores foram importantes para a escrita desta monografia:

⁵ Destaco os seguintes trabalhos do autor: SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: USP, Tese de Doutorado em Geografia, 1986; Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Ed. Multigrafi-Fundação Demócrito Rocha, 1991. (Fortaleza em questão); Nas trilhas da cidade. 2ª edição. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará, 2001; Formação socioterritorial urbana. In: SILVA, José Borzacchiello da. Formação socioterritorial urbana. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa. DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. SILVA, José Borzacchiello da. (orgs.) De cidade a metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009. (Coleção Estudos Geográficos, 3).

João Carlos de Souza escreveu sua dissertação de Mestrado: *Na luta por habitação: a construção de novos valores*, de 1995, a partir de pesquisa sobre as ocupações urbanas em São Paulo, sendo premiado como um dos melhores trabalhos no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, entre os anos 1993 e 1994. O autor priorizou a história oral, sendo incentivo e inspiração metodológica para minha monografia. A professora Irllys Barreira com o livro: *O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção*, de 1992, onde aborda as ocupações do Pirambu e da Favela da José Bastos, foi importante para obtenção de informações sobre o início das ocupações organizadas em Fortaleza. Fátima Regina Lopes Brandão defendeu em 2001 a dissertação de Mestrado, pela Faculdade de Educação - UFC, intitulada: *A elaboração do saber nas lutas pela moradia: um estudo sobre ocupações de terreno em Fortaleza*, que para mim foi um “achado” que me fez olhar de forma mais acadêmica para o meu próprio trabalho.

Na primeira parte “Ocupação urbana em Fortaleza e antecedentes” comento o modo de vida dentro das ocupações e o perfil dos moradores. Tentei desenvolver os seguintes questionamentos que foram o roteiro para as entrevistas: como era o cotidiano das pessoas que ocupavam os “espaços vazios” da cidade? Como viviam antes de irem para a ocupação? Como se mantinham lá e resistiam às desocupações feitas de forma violenta pelas gestões municipal e estadual? Quem eram as pessoas que iam ocupar esses terrenos? A maioria era homem ou mulher? Qual a profissão que exerciam? Eram naturais de Fortaleza ou oriundas de outras localidades? Como tiveram conhecimento do movimento que culminou com a ocupação em que hoje moram? Quais os momentos mais difíceis enfrentados no processo de ocupação? No decorrer das conversas alguns entrevistados deram rumos diversos diante daquelas perguntas, ao falar de suas lembranças.⁶ Busquei também analisar a fala de alguns entrevistados que, por vezes, incorporou o adjetivo “invasores”, algo presente em diversos meios e discursos oficiais. Termo que, no mais das vezes, indica tom pejorativo, usado também para justificar ações repressoras diante de ações em defesa do direito básico à moradia que deveria ser garantido pelo Estado.

Na segunda parte intitulada “Estado, a questão da moradia e o movimento social”, foi dedicada à análise dos enfrentamentos e tensões nas ocupações, e como se travou o embate

⁶ Para compreender como utilizar a fonte oral em um trabalho acadêmico me reportei ao estudo de PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: Projeto História - Revista do Programa de Pós Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, nº 14. São Paulo: 1997.

entre Estado e movimento social. Os principais questionamentos foram: como o Estado através dos governos municipal e estadual tentou, ao longo das duas décadas, resolver a questão habitacional? E quanto ao perfil das forças políticas que organizaram o movimento? Quais as principais táticas de resistência e pressão no processo de ocupações de terrenos? No caso pesquisado, as táticas mais comuns foram: acampamentos nas sedes dos poderes municipal e estadual e outros órgãos como, por exemplo, na Secretaria de Habitação e Ação Comunitária (SEHAC) em 1988; outras manifestações, dentre elas, passeatas, sobretudo, no Centro da cidade, para garantir a posse e a permanência nos locais ocupados; ocupação de um conjunto de apartamentos no Montese como forma de pressão para obter resposta do governo.

O período proposto não foi escolhido aleatoriamente. Através da análise documental, percebi que do final de 1970 à década de 1990 foram constantes as ocupações urbanas, mas com variações de intensidade. Durante a pesquisa fiz um levantamento com o auxílio de ex-diretores e pessoas ligadas a UCGF e contabilizamos 96 (noventa e seis) ocupações, mas foram mais de 100, nesses 20 anos. Houve anos em que aconteceram várias ocupações simultaneamente, isso foi possível, inclusive, porque pessoas que estavam inscritas para receber casas em determinada ocupação, não sendo contempladas, aguardavam a próxima. Em anexo coloquei a lista das comunidades que foram ocupadas sob a orientação da UCGF, com sua respectiva localização.

Esses 20 anos foram marcados por significativas transformações político-sociais a nível global, já que foi nessa época que se deu o fim da União Soviética (URSS) e a queda de regimes autoritários baseados no stalinismo no leste europeu. Essas mudanças históricas repercutiram no Brasil, nos movimentos sociais, na esquerda.

Em Fortaleza os agrupamentos de esquerda revolucionária que resistiram após o fim da Ditadura Militar, bem como, aqueles que foram sendo constituídos nos anos de 1980, buscavam a revolução através da organização social. E uma parte dessa militância encontrava-se dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), outros participavam do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B) que viram suas bases ideológicas "ruírem" com o fim das ditaduras stalinistas. A "Administração Popular" da prefeita Maria Luiza Fontenelle (primeira prefeita mulher no Brasil na primeira eleição direta para prefeito após a Ditadura) vivenciou grandes conflitos no interior do PT. E em 1988, novecentos e vinte seis filiados foram expulsos do Partido dos Trabalhadores, muitos eram membros da União das Comunidades da Grande Fortaleza. Havia muita gente das comunidades que se filiaram pela primeira vez a um partido político.

Apontarei essas questões na segunda parte, contudo não me aprofundarei nessas temáticas, já que o tema central é a ocupação urbana na grande Fortaleza.

PARTE I: Ocupação urbana em Fortaleza e antecedentes

“Zanza daqui
zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim
vamos embora.”

(Chico Buarque)

A ocupação de terrenos na cidade pode ser verificada em épocas diversas. A “grande seca” de 1877 trouxe à capital enorme contingente de pessoas vindas do interior necessitando de todo tipo de ajuda. A essa “grande seca” se sucederam outras como a de 1915 e 1932, agravando problemas sociais e estruturais. Passado o período das secas muitas destas famílias permaneciam na capital, pois já não tinham mais como voltar, nem para onde ir. Diante dos projetos, Códigos de Postura e intervenções visando o “aformoseamento” da cidade e sua inserção num patamar de “progresso”, de que modo esses tantos retirantes foram “recebidos” e agiram?⁷ Portanto a ocupação de terrenos foi e é uma marca na cartografia alencarina, levando em conta suas peculiaridades.

Ocupações, sobretudo, entre as décadas de 1930 e 1950, estudadas pelo professor Borzacchiello no capítulo Formação socioterritorial urbana, do livro *De cidade a metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza* (2009), não aconteciam de forma planejada. Vale questionar as suas diferenças, inclusive de repercussões se comparadas com as do Pirambu (década de 1950) e depois da José Bastos (1978). Eram ocupações de algumas famílias que ao construírem sua moradia falavam para amigos que estavam na mesma situação e assim de “boca em boca” a área ia sendo ocupada e moradias construídas. Para o autor, o processo de favelização de Fortaleza tem como um dos pontos de origem a migração interior-capital:

A origem do processo de favelização de Fortaleza está ligada aos constantes

⁷ A respeito do tema da seca no Ceará e dessa indagação, temos estudos referencias abordando variadas temáticas, a exemplo da intenção de “embelezamento”, dos conflitos e constituição dos chamados “campos de concentração” em Fortaleza e em várias regiões do interior cearense. Conferir: PONTE, Sebastião Rogério da Silva. *Fortaleza Belle Époque*. Ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumaré. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. 2ª edição. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

deslocamentos de lavradores sem terra e pequenos proprietários que se dirigem para a cidade devido à rigidez da estrutura fundiária, que praticamente impede o acesso desses lavradores a terra e outros meios de produção.⁸

No estudo *Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*, Borzacchiello reproduz a fala de uma entrevistada e analisa o surgimento de favelas, nesse caso a do Farol (década de 1950):

Uma moradora da favela do Farol deu esse depoimento quando lhe foi perguntado como ela foi morar ali (origem da informante - Município de Acaraú - atividade do marido: pescador).

“Bem, primeiro veio o seu Chico, procurou o terreno, quando encontrou, avisou pra gente e nós veio com todos os filhos. Depois veio nosso cunpadre Zé com a Dona Corrinha. Dona Corrinha falou com o irmão dela que veio com a mulher e as três crianças. A gente morava tudo perto lá em Acaraú. Começamos logo nosso barraco e estamos aqui até hoje. Agora tem muita gente daqui mesmo. Mas no começo a gente conhecia todo mundo.”⁹

Em sua tese de doutorado: *Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica* o autor comenta:

A partir da década de 30, Fortaleza acusa um crescimento demográfico que se reflete no aumento de sua área urbana. Contudo, a expansão da cidade a partir do aumento da população não gerou a ampliação relativa da infraestrutura urbana, tais como calçamento, energia elétrica, água encanada, rede de esgoto, transportes coletivos, etc..

Esse “crescimento” de forma espontânea e desordenada deu lugar a aglomerações de edificações precárias na periferia da cidade. Data do início da década de 30 a origem desses aglomerados com características de favelas. Entre 1930-55 surgiram as seguintes favelas na cidade: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950), Papouquinho (1950), Estrada de Ferro (1954). As favelas se proliferaram a partir de 1930 devido ao fluxo migratório .

Em 1962 com o apoio de membros da Igreja Católica atuantes na Teologia da Libertação, houve a grande marcha do Pirambu, movimento contrário à expulsão dos pobres que ali viviam. Este movimento adquiriu força e repercussão na cidade, pois aconteceu num

⁸ SILVA, José Borzacchiello da. Formação socioterritorial urbana. In: SILVA, José Borzacchiello da. Formação socioterritorial urbana. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa. DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. SILVA, José Borzacchiello da. (orgs.) De cidade a metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 22. (Coleção Estudos Geográficos, 3).

⁹ SILVA, José Borzacchiello da. Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Ed. Multigrafi- Fundação Demócrito Rocha, 1991, p. 134. (Fortaleza em questão).

momento político onde as Reformas de Base estavam na pauta do dia, com a ascensão ao Governo Federal de João Goulart.

Organizando um trabalho de quarteirão em quarteirão e com a ajuda do vigário, os moradores realizaram uma marcha sobre a cidade no dia 1º de janeiro de 1962, reunindo 20.000 pessoas até o Centro. (...) O Jornal O Nordeste, de 02.02.62, assim descreve a Marcha do Pirambu: “A marcha monumental saiu do Pirambu às 16 horas, depois de celebrada uma missa a que assistiram todos os presentes. Após uma saudação inicial às famílias de Fortaleza, feita por um pastor evangélico e por uma moradora do bairro, começou a deslocar-se o grandioso cortejo, precedido de vários veículos e de transmissor móvel da Dragão do Mar em cadeia com a Uirapuru. Ao longo do trajeto que teve duração de 90 minutos do Pirambu à praça da Catedral em construção, o Revmo. Pe. Hélio Campos, vigário do Pirambu e líder da passeata, alternava as palavras de incentivo e exortação ao povo com o Hino da Marcha do Pirambu, especialmente composto por Pe. Gerardo Campos, irmão do Pe. Hélio e vigário de Guaiuba. Nas ruas a multidão curiosa enchia as ruas e calçadas para assistir à passagem do monumental cortejo”.¹⁰

Durante a ditadura militar estes movimentos foram duramente reprimidos e houve um arrefecimento dos mesmos neste período, retornando ao final da década de setenta com a ocupação do Km 8 da avenida José Bastos. No trecho de um documento da União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF) lê-se a esse respeito “Esta história feita da luta do povo é um marco na luta dos Sem-Teto de Fortaleza pela Moradia”. E mais:

Em 1978 (durante a Ditadura Militar) dezenas de famílias ousaram ocupar um terreno na Avenida José Bastos, perto da Perimetral (hoje Couto Fernandes). Era um terreno baldio cheio de lixo, entulhos e com alguma vegetação. O povo ocupou, limpou o terreno e construiu seus barracos. Era ano de eleição e muitos candidatos lá andavam prometendo apoio ao povo, no final do ano depois que passou a eleição veio à ordem de despejo. Era Governador do Estado o Cel. Virgílio Távora. A favela José Bastos resistiu por 2 (dois) anos e tornou-se símbolo de luta e resistência para os moradores dos demais bairros pobres de Fortaleza. Dessa vez a resistência venceu o medo e o Movimento da Favela da José Bastos saiu vitorioso.¹¹

Um dos diferenciais das ocupações do Pirambu e da José Bastos em relação às anteriores pode ser verificado pelo tipo de organização política do movimento social. Antes as

¹⁰ Dragão do Mar e Uirapuru são nomes de estações de rádio AM, na época um dos mais importantes meios de comunicação para a população. “O Ato Público resultou na desapropriação da área de interesse social sob decreto assinado pelo presidente da República.” In: BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. O Reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1992, p.58.

¹¹ Trecho do documento da UCGF de 1993. Este documento é um resumo de quatro folhas datilografado de algumas ocupações, não tem autor e o encontrei em uma das pastas do arquivo da entidade. Não contém numeração.

pessoas iam ocupando sem se preocupar em se unirem em associações e só buscavam aliados para resistir às desocupações quando estas ocorriam. Em meio à ocupação da José Bastos o enfrentamento à Ditadura, em seus últimos anos, se acirrou, pois puderam contar com a intervenção de pessoas ligadas aos Direitos Humanos e parlamentares engajados na luta, como descreve a Professora Irllys Barreira:

A luta da José Bastos ocorreu no momento em que a sociedade civil iniciava o processo de mobilização. Tratava-se do fortalecimento de categorias profissionais, movimento pela Anistia, eleição de candidatos “comprometidos com a causa popular”. Enfim, o movimento da José Bastos aconteceu em um tempo no qual a marca de mudança e a busca de participação sintetizavam o slogan da rejeição à ditadura (BARREIRA, 1992, p.74).

Essa luta serviu para unir forças em torno de uma reivindicação maior do que a desapropriação do terreno e construção das casas. Junto a ela várias vozes ecoaram, setores das classes médias, dos movimentos sociais se reorganizaram, exigindo o fim da Ditadura Militar e a convocação de eleições diretas. A repressão sofrida pelos moradores para deixarem o terreno só fez aumentar o apoio que o movimento vinha recebendo.

Em setembro de 1978, os proprietários entraram na justiça com uma ação de reintegração de posse, alegando a invasão das 2000 famílias. O problema da favela chegou ao conhecimento público através das notícias de jornais que denunciavam o despejo de moradores sem aviso prévio e com violências policiais (BARREIRA, 1992, p.75).

O abuso de poder por parte da polícia resultou em um morador atingido à bala. Seu Mardônio, que a época era presidente do Conselho Comunitário do Couto Fernandes, (nome atual da favela José Bastos), ficou paraplégico. Várias entidades que participavam do movimento se colocaram a favor da luta e denunciaram publicamente esse e outros abusos. Listo algumas das entidades e parlamentares que apoiaram o movimento da Favela José Bastos: Associação dos Sociólogos; Instituto dos Arquitetos do Brasil; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; Movimento Cearense contra a Carestia (MCC); Diretório Acadêmico do Centro de Ciências da Saúde da UFC; Bianou de Andrade (Presidente do Diretório Municipal do MDB); José Maria de Barros Pinho (Presidente do Instituto Pedroso Horta do MDB); Padre Moacyr Cordeiro Leite (Vigário da Paróquia de

Aratuba); Maria Luiza Fontenelle (Deputada Estadual pelo MDB); Dom Aluizio Lorscheider (Bispo de Fortaleza); professora Rosa da Fonseca. (BARREIRA, 1992, p. 83).¹²

O movimento teve apoio da Igreja Católica (pastorais ligadas a Teologia da Libertação, CEB's) e das comunidades do Cajueiro Torto e Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança. E foi da união dessas comunidades e do apoio recebido por parte de vários movimentos que surgiu a União das Comunidades que viria a se transformar em União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF) anos depois.

O próprio termo “comunidade” foi fruto das reuniões das CEB's pra designar as favelas. A comunidade tem um sentido muito melhor pois fala daquilo que é “comum” a todos, do que pertence a um grupo em comum, logo a uma comunidade. Já favela com o passar do tempo se tornou pejorativo, como se identificássemos ali um “espaço inferior” ao restante da sociedade. Espaço que para quem não é morador, é local de “bandidos”, “vagabundos” e demais termos pejorativos usados pela mídia e por uma parte da sociedade que assim enxerga o espaço da favela. A União das Comunidades (UCGF) como o próprio nome da entidade trás, não usa o termo favela e desde seu surgimento passou a chamar as ocupações depois de estabelecidas de comunidades.

Para compreender como se organizou o movimento de ocupação na cidade e seu caráter político na década de 1980, é necessário conhecer os principais movimentos que organizaram essa luta: a “Jornada de Luta contra a Fome, a Exploração e a Opressão”; a União das Comunidades da Grande Fortaleza e a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza. Na segunda parte, dedicada, especialmente, ao movimento social e seu destacado aspecto político, vou comentar o surgimento dessas entidades e a importância que tiveram para sistematizar as ocupações, atuando diretamente na luta de classes no cenário local.

1.1 Perfil dos ocupantes

É possível estabelecer dois perfis de pessoas que participavam do movimento de ocupação em Fortaleza, os que não eram militantes e os militantes, ainda que tal divisão não seja rígida. No primeiro grupo, pessoas pobres com pouca ou nenhuma escolaridade vindas do interior “fugindo de secas”, fome, desemprego... Havia também pessoas que já moravam

¹² Rosa da Fonseca, ex-presa política, professora aposentada da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, integrante do movimento feminino pela Anistia entre 1978 a 1980 e hoje integrante do grupo Crítica Radical. À época acompanhou, desde o início, o processo de ocupação da José Bastos, no entanto seu nome não consta na lista dos apoiadores do movimento no livro *O reverso das vitrines*, de Irllys Barreira.

na capital, mas não tinham condições de pagar aluguel, ou moravam com parentes ou na casa dos patrões (caso das empregadas domésticas) e por isso não tinham onde morar. Outro dado importante é que nas ocupações havia grande número de mulheres e crianças. Ou seja, este primeiro grupo era diversificado. No segundo grupo, a maioria era jovem oriunda do movimento estudantil ou ligada às juventudes católicas: Juventude Operária Católica (JOC); Juventude Universitária Católica (JUC); pastorais, principalmente, a Pastoral Operária e a Pastoral da Terra e grupos de Jovens das igrejas católicas nos bairros. Muitas vezes houve a combinação das pessoas que militavam em partidos ou no movimento sindical e apoiavam a luta dos sem-teto. Podemos perceber entre eles a preferência pela “esquerda”. Eles ficavam dentro da ocupação durante o dia organizando a construção dos barracos, fazendo as reuniões e organizando as comissões que iriam aos órgãos públicos. Dependendo da luta muitos militantes ficavam morando dentro da ocupação até esta se estabilizar e as pessoas terem a posse da terra garantida. Alguns militantes só conseguiram casa própria através de ocupação, caso do Carlão e da Deilza, outros moraram anos nos locais ocupados como o Gilberto, o Iranildo, o Bruno e o Jacó.

Através dos depoimentos dos moradores, comecei a conhecer seus problemas e as semelhanças de vida entre eles: “Meus pais vieram do interior, lá as condições de vida estavam muito difíceis” (Vilani de Souza, ex-moradora da ocupação da José Bastos e primeira presidente da UCGF); “Eu vim do interior, pagava aluguel, sou de Madalena” (Seu Antônio Augusto - morador do Castelinho); “... quando vim do interior tinha 14 anos, vim só, pra trabalhar... pagava um aluguel caro que só, tinha vez que a gente vendia o almoço para comprar a janta né, o dinheiro era pouco” (Benedito Cruz, seu Bené, 42 anos natural de Uruburetama, Umirim, morador do Cônego de Castro); “Quando me separei do pai dela vim morar com a minha irmã” (Maria do Socorro - Moradora da Leste-Oeste, natural de Quixadá).

A vinda do interior para a capital ou para as grandes metrópoles do sudeste, a exemplo da migração para São Paulo que atraiu um grande contingente de nordestinos, é algo estudado por João Carlos Souza, no livro *Na luta por habitação: a construção de novos valores* (1995). As pessoas buscavam melhores condições de vida na cidade, havia (e ainda há de certa forma) um imaginário de que na “cidade grande” há mais oportunidades de trabalho e as condições de vida são melhores, de que é possível ver os filhos na escola e que se tem acesso mais fácil a bens de consumo como eletrodomésticos, por exemplo. Mas a realidade nas grandes metrópoles é bem diferente do imaginado dos que pra lá migram. A falta de escolaridade e profissão definida faz com que estas pessoas sofram mais nestes locais do que

nos seus de origem. A decepção vem logo no início quando não conseguem trabalho que lhes forneça um salário digno pra que possam pagar o aluguel e manter a família: “...Se eu tivesse o dinheiro de volta pelo menos pra comprá um quarto das coisas que eu destruí de lá pra vim, eu tinha voltado no outro dia”. (fala de um morador de ocupação em São Paulo registrada por João Carlos Souza - 1995, p.47). Em suas entrevistas os depoentes se queixavam de ver seus “sonhos” destruídos e que a chegada em São Paulo lhes trouxe mais problemas do que imaginavam encontrar.

Em São Paulo a situação ainda é pior do que em Fortaleza porque lá estão distantes dos parentes e da terra natal sendo mais difícil a volta “pra casa”. Aqui, de certa forma, as pessoas do interior que vem pra capital podem com algum esforço e ajuda de parentes e amigos, juntar o dinheiro necessário para voltarem à terra natal se nada der certo, ao contrário de São Paulo, onde as passagens terrestres são tão caras quanto às áreas, fazendo com que tenham que permanecer lá mesmo desgostosos com a vida que levam.¹³

Outro fator que levou a maioria destas pessoas a ocuparem terrenos na capital do Ceará foi a impossibilidade de continuar pagando aluguel. O aluguel tem sido um fator que gera enormes problemas, sobretudo, para a população pobre das cidades. Como a habitação no sistema capitalista se transformou em uma mercadoria de alto custo, o acesso a essa mercadoria é impossibilitado pela falta de recurso para obtê-la. O aluguel transforma-se em um “peso” que a maioria das famílias não consegue suportar por muito tempo. Até a alimentação das famílias fica em segundo plano para não perderem o teto em que abrigam os filhos. A ocupação de terrenos se torna para muitos a única alternativa para suprir sua necessidade básica de habitação.

Nas entrevistas há relatos das dificuldades as mais diversas. A moradora da comunidade do Barroso II (ocupação ocorrida em 1990), senhora Judith Mirna relata porque procurou um terreno para ocupar:

Em primeiro lugar eu morava no bairro Jardim das Oliveiras, houve uma separação minha e do meu esposo, então eu vim morar na casa da minha mãe, próximo aqui do castelão, num localzinho lá, pequenininho que se chama Vilinha. Ai eu fiquei lá. Quando eu tive conhecimento que aqui tava sendo invadido, eu vim mais pra ver né? Ai quando eu vi que era uma luta séria, que as pessoas tavam atrás era de moradia mesmo né, então fui uma das pessoas que fiz parte também de apossar a terra, de lutar pela terra, eu fui uma das pessoas que veio. Eu tenho cinco filho, meu marido tinha ficado

¹³ Para maiores informações a respeito da migração para São Paulo e das ocupações urbanas ocorridas lá, ver trabalho de SOUZA, João Carlos. Na luta por habitação: a construção de novos valores. São Paulo: Educ-PUC, 1995, pp.46 -101).

com dois e eu tinha trazido três comigo. Eu invadi a terra com três filhos, eu e três filho. Na época minha filha ia fazer 8 anos a mais velha, a outra tinha sete, tinha seis ia fazer sete e a outra tinha cinco. Todos pequeno. Ai eu tinha uma bebezinha de um ano e um bebe com dois ano. Então ficaram estes dois menorzinho com o pai e os outros veio comigo para cá. Ai a gente invadimo a terra, fizemo barraco de papelão, que a gente não tinha condições de fazer outro tipo de moradia. Tinha barraco de plástico e de papelão. (Mirna Judith da Rocha, 46 anos, manicure. Participou da ocupação em 1990).¹⁴

Podemos perceber que há várias questões a serem discutidas através desta fala: uma mulher separada, morando na casa da mãe, que já morava em condições muito precárias, com cinco filhos pequenos, sem emprego e sem moradia. Para ela, ir ocupar este terreno foi a melhor alternativa que surgiu para que conseguisse uma casa para si e os filhos.

As populações excluídas do sistema produtor de mercadorias são as que mais sofrem as consequências desta exclusão, são as que têm maior número de filhos, baixa ou nenhuma escolaridade e não tem acesso às condições mínimas de se manter na cidade. No processo de ocupação encontram outras pessoas na mesma situação e laços de solidariedade, aí se estabelecem fazendo com que suportem as adversidades com um sofrimento um pouco menor, pelo menos no início, foi o que pude observar nas falas dos ocupantes.

Através da pesquisa pude perceber que nas ocupações era maior o número de mulheres do que de homens. Talvez por estarem culturalmente mais ligadas ao lar e à família, elas tivessem um desejo maior de lutar por moradia. Elas estavam desde o início engajadas no processo, desde o dia da entrada no terreno, para levantarem os barracos, até na construção das casas em regime de mutirão. Os homens, como tinham que trabalhar fora para garantir o sustento da família, vinham depois quando viam que “a coisa ia para frente”. Havia também muitas mães solteiras. Era comum ver mulheres construírem a própria casa sem ajuda de um homem. Esse protagonismo feminino levou muitas a participar de lutas do movimento de mulheres. No caso das ocupações organizadas pela UCGF eram convidadas a se engajar na União das Mulheres Cearenses (UMC). Era comum serem filiadas da UCGF e da UMC ao mesmo tempo. Essas duas entidades por diversas vezes e em vários momentos da história da cidade estiveram juntas lutando lado a lado. Exemplo disso foram os vários acampamentos feitos em frente ao Paço Municipal, os maiores foram nos anos de 1992, 1996, 1998 e 2001.

Já o perfil do militante é um pouco diferente. A maioria deles tem escolaridade, já militaram no movimento estudantil ou em pastorais antes de optarem pela militância no

¹⁴ Entrevista concedida dia 18 de dezembro de 2012 na casa da moradora, duração: aproximadamente 27 minutos.

movimento social de ocupação. É o caso de meu entrevistado Francisco Iranildo, ele morava com a mãe, tinha escolaridade e fazia parte das CEB's da Paróquia do Antônio Bezerra, bairro onde morava nos anos 80, onde teve contato com o “grupo da Rosa e da Maria”. Foi a partir da campanha de Maria Luiza à prefeitura de Fortaleza que ele se interessou em militar no movimento pela moradia.¹⁵ Na direção da UCGF havia pessoas que tinham onde morar, já outros tinham vindo de outros Estados do Brasil e não tinham parentes aqui, é o caso de José Carlos, o “Carlão”, que chegou aqui em 1987 vindo de Minas Gerais e Jacó Ferreira, o “gaúcho”, 46 anos, vindo do Rio Grande do Sul em 1990. Jacó já participava de movimentos sociais desde os 12 anos. Passou pelo movimento estudantil onde junto com outros jovens ajudou a organizar o primeiro congresso da UBES em 1980, participou de movimento sindical na fábrica onde trabalhou no Sul e era da Convergência Socialista, uma organização de esquerda trotskista, mas rompeu com eles. Passou a participar do movimento social de luta por moradia ainda em Canoas (RS) onde organizou uma ocupação, ainda hoje sua família mora lá. Encantado com nossa terra e apaixonado por uma militante cearense do movimento popular, resolveu vir para o Ceará e foi morar com sua companheira em uma ocupação onde passou a participar desse movimento através da UCGF.

1.2 O cotidiano nas ocupações

Uma importante ocupação ocorrida ainda na época da Administração de Maria Luiza Fontenelle foi a que ocorreu numa área situada próxima ao Conjunto José Walter. A ocupação do Ipaumirim, transformada em bairro, hoje conhecido como Planalto Ailton Sena. Assim é narrada a ocupação num documento datilografado que pesquisei no arquivo da UCGF:

Em 1988 trinta e nove famílias, expulsas pelos aumentos abusivos de alugueis, desemprego, fome, doenças e violência constante resolveram ocupar um terreno que fica situado entre as ruas Coronel de Queiroz com 19 de Março entre o Conjunto José Walter e a favela do Pantanal (hoje bairro Planalto Ailton Sena) na região conhecida como Ipaumirim. Deram o nome a essa ocupação de Comunidade São José da Conquista. Essas famílias lutaram por três anos para garantir condições mínimas de sobrevivência como: água encanada, a posse da terra e evitar o despejo. Depois de várias ameaças de despejo por parte de pessoas que intencionavam tomar a terra, reuniram-se com outras comunidades em igual situação e decidiram em Assembléia convocada pela UCGF ir acampar em frente ao Ginásio Paulo

¹⁵ Entrevista com Francisco Iranildo da Silva, 48 anos, ex-morador da comunidade “3 de Junho”, próximo à Messejana, concedida dia 4 de junho de 2013.

Sarasate. Então se tomou o posicionamento de ir acampar em frente ao Ginásio Paulo Sarasate onde funcionava o Gabinete do Prefeito da cidade Ciro F. Gomes. Foi então a partir deste encaminhamento que se fez o Prefeito assumir um compromisso de desapropriação não só com o Ipaumirim como com outras comunidades, e sustar as ações de despejo. Saindo de lá as comunidades não se deram por satisfeitas e então decidiram continuar a caminhada pela cidade dessa vez acamparam dentro de um órgão ligado a Presidência da República – Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária- SEHAC, que teve um mês de duração, saindo de lá um movimento vitorioso com a garantia de 3.000 moradias.¹⁶

O documento mostra que o movimento tirou em Assembleia o acampamento em frente ao gabinete do prefeito. Essa tática de luta é bastante utilizada pela UCGF como forma de pressionar os gestores para que deem respostas as reivindicações trazidas pela comunidade. Como não foram contempladas todas as pautas apresentadas, resolveram acampar dentro de um órgão federal a SEHAC, ali travaram uma “disputa de resistência” com o governo do Estado, até terem a garantia das 3000 moradias. Não adiantava conseguir ganhos pela metade, era isso que a UCGF trazia para a discussão em Assembleias com os moradores, era necessário resistir nos acampamentos às ameaças de expulsão para se obter as conquistas do movimento. Neste acampamento por exemplo tiraram uma comissão para ir negociar em Brasília a desocupação do órgão, com a garantia assinada do acordo firmado.

Entrevistei a senhora Deilza Chaves¹⁷, 50 anos, mãe de cinco filhos, que mora nessa comunidade e atuou junto com a UCGF nessa e em outras ocupações, e também nos acampamentos. Para ela o pior momento dessa ocupação (Ipaumirim) foi quando a dona do terreno apareceu e mandou a polícia e homens para derrubar os barracos e estes foram derrubados: “Fazia 30 anos que este terreno estava desocupado, mas quando nós ocupamos apareceu o dono, na verdade a dona”. Para ela esse foi um momento marcante pois os “capangas” chegaram em caminhões e já com marretas e outros instrumentos começaram a destruir os barracos, “foi difícil ver os barracos destruídos”. Eles lutaram pela desapropriação e conseguiram. Deilza mora numa casa simples, onde a cacimba fica na sala, e onde não há saneamento básico, mas o lugar já está bem melhor do que quando foi ocupado, hoje os moradores contam com energia elétrica e ônibus que circula todo o bairro e vai até o Terminal da Parangaba.

A experiência do Ipaumirim suscita a pergunta: porque esta tal “proprietária” não utilizou o terreno para nada durante 30 anos? O mesmo ocorreu com terrenos murados na Leste-Oeste, depois de ocupados verificou-se em órgãos da Prefeitura que o dono havia 50

¹⁶ Documento datilografado, localizado no arquivo da UCGF, sem especificação.

¹⁷ Entrevista realizada em dezembro de 2012.

anos que não pagava impostos sobre os terrenos, eles foram então desapropriados para a comunidade que lá se instalou. Esses imóveis são utilizados para a especulação imobiliária. Esses terrenos são para seus donos como uma reserva de capital. Ficam esperando em “repouso” para que a infraestrutura urbana possa valorizá-los para então serem negociados. Isto é muito comum no Brasil. As pessoas recebem terrenos de herança ou mesmo adquirem estes terrenos por um preço abaixo do de mercado por não terem infraestrutura (ruas asfaltadas, água encanada, luz elétrica) e os donos por não necessitarem de imediato deles os deixam lá sem nenhum tipo de construção, quando muito o cercam para que com o passar do tempo possam ser “valorizados”. Ao saberem que o terreno foi “invadido” se apressam em entrar com um mandado de reintegração de posse. Pois é uma propriedade privada, mesmo que nesta propriedade só exista mato e formigas. Quando os mandados vão ser cumpridos, a polícia age com violência, são raros os casos em que não há pelo menos intimidação. No caso do Ipaumirim a violência só não foi maior porque eles contavam com o apoio da Prefeitura que há época ainda era a prefeita Maria Luiza, que entrou com o processo de desapropriação que só foi concedido na gestão seguinte, com muita luta, de acordo com os depoimentos colhidos e o documento citado. O local conhecido antes por Ipaumirim se tornou recentemente o bairro do Pantanal mudando de nome para Planalto Airton Sena, reconhecido oficialmente.

Porque muitas ocupações não se tornaram bairros? Primeiro por suas dimensões. São na maioria ocupações pequenas e se localizam dentro dos bairros em espaços antes vazios, como áreas que serviriam para construção de praças, cheios de mato, terrenos baldios onde servia para depósito de lixo, ou mesmo terrenos esquecidos por supostos donos, caso do Ipaumirim em que o proprietário (no caso uma mulher) apareceu depois de trinta anos. Bairros como Messejana englobam muitos outros em seu interior: Santa Maria, Santa Filomena, Cajueiro Torto, Guajeru, e outros pequenos núcleos habitacionais. Em segundo lugar não há interesse do governo municipal de urbanizar esses espaços e transformá-los em bairros com toda a infraestrutura necessária.

Em 1992 temos simultaneamente ocorrendo na cidade várias ocupações. Para esta pesquisa entrevistei moradores que participaram de duas dessas ocupações. O morador Francisco José Ângelo, do Castelinho, narra como foram os primeiros dias na ocupação. Ele pagava aluguel no bairro da Boa Vista e já conhecia os ocupantes que junto com ele entraram nesse terreno na área do Castelão:

Primeiro nós ficamos num galpão, era um grupo, aí no galpão era todo mundo junto, aí fazia a comida junto, era todo mundo junto. Aí formamos as equipes pra marcar audiência com a prefeita, outras era com o governo do Estado, outras pra pedir comida, saia pedindo, pedinte né? Lógico que era em nome da comunidade. E os que ficavam aqui ficavam vigiando o terreno.

18

Vemos na fala do morador uma clara divisão de tarefas dentro da ocupação. Este modelo de organização pode ser verificado em outras ocupações organizadas ou apoiadas pela UCGF e não é exclusivo das ocupações em Fortaleza. João Carlos Souza, no livro *Na luta por habitação: a construção de novos valores* (1995), relata semelhante tipo de organização ocorrendo em ocupações na Região Leste de São Paulo, ocupações estas organizadas pelo Movimento dos Sem-Terra, a partir de 1987:

Uma outra prática de organização comum nas ocupações das quatro áreas era construir um barracão comunitário. Sua finalidade era a de viabilizar as primeiras ações na ocupação, local onde os coordenadores se reuniam para discutir os problemas que iam surgindo e ponto central de onde puxavam as assembleias com os ocupantes. (...) O barracão significou também uma infraestrutura mínima de apoio, até que os ocupantes construíssem seus barracos, e tivessem condições de habitá-los. Nele centralizavam a ajuda que as comunidades enviavam era o espaço onde as pessoas faziam refeições em comum e cuidavam principalmente da alimentação das crianças. Serviu também de abrigo para dormir (SOUZA, 1995. p.73, 74).

Ter um sentido de coletividade era importante para que pudessem resistir no local e compreenderem que na sociedade capitalista o individualismo é cultivado como algo natural, as pessoas perderam o convívio comunitário nessa sociedade. Porém na sociedade em que muitos militantes do movimento acreditavam poder construir, a comunidade, o coletivismo deveriam ser as formas de organização das pessoas. A divisão de tarefas ajudava a implementar as atividades cotidianas dentro da ocupação. Essa divisão de tarefas era tirada pelos próprios ocupantes que de acordo com sua disponibilidade e habilidades se inseriam nesta ou naquela comissão. A moradora Judith Mirna da comunidade Barroso II diz em seu depoimento como era a divisão de tarefas na ocupação que ela participou.

¹⁸ Francisco José Ângelo (Didi) 43 anos. Dono de mercearia. Ocupou o terreno em 1992. Entrevista concedida em 18 de dezembro de 2012, na mercearia do morador, duração: aproximadamente 35 minutos. O entrevistado se refere a prefeita Maria Luiza que no caso já não era prefeita à época da ocupação ou seja 1992. O mandato de Maria Luiza Fontenelle vai de 1986 a 1989. Na época o prefeito era Juraci Magalhães (1990 a 1994), nesse caso, as temporalidades ficaram emaranhadas na narrativa de lembranças de Francisco José Ângelo, ao contar episódios de duas décadas atrás, no caso, da ocupação do Castelinho.

(...) Tinha uma turma de mulheres que dividia as tarefa né. A gente dividia as tarefas. Tinha grupos de homens pra manter limpo, outros grupos de jovens que tomava conta das crianças, outros saía em busca de alimento, era doação, a gente pedia doação. Outro grupo que ia atrás dos órgão competente que a gente não queria que achasse que fosse uns vândalos. Ai então a gente tinha esses grupo. (...) então nesse dia tinha esse grupo de senhoras que fazia o lanche pras crianças pros adulto, era uma comunidade, não tinha nada individual, era tudo unido.¹⁹

Podemos ver nas duas entrevistas semelhanças acerca da divisão de tarefas como algo importante para o cotidiano dos ocupantes. Agora eles estavam unidos por uma causa em comum que era para eles a conquista da moradia. Para os organizadores dar um sentido de união ia muito além de apenas conquistar as casas para a população empobrecida da cidade. As semelhanças entre o tipo de organização nas ocupações, (construção do barracão na ocupação como local de apoio, por exemplo) e a própria forma de ocupar e pressionar o governo não era coincidência entre São Paulo e Fortaleza, o movimento social de ocupação tinha seus encontros nacionais onde trocavam experiências e dificuldades e tomavam decisões que repercutiam em nível nacional, comentarei um pouco mais sobre esse aspecto do movimento na segunda parte.

Em minha entrevista com a moradora Mirna, perguntei como foi o dia em que eles planejaram entrar, se fizeram alguma reunião anterior, se entraram de dia ou de noite, ela respondeu:

Foi entrado à noite né, eu soube que teve essa reunião, eu não participei dessa reunião porque quando eu soube já estavam invadindo, ai eu vim invadir também, o povo já tava era gente de muito lugar, eram 950 famílias. Muita gente, aqui foi muita luta mesmo. Aqui disseram que era da Maria Luiza, do tempo que ela era prefeita, que ela tinha desapropriado para ser um cemitério, então a gente lutou pra não ser um cemitério e sim morada de gente viva. Era do que a gente tava mais necessitado, ai eu vi que era uma coisa seria mesmo, que não tinha vandalismo, que era pela moradia mesmo, que era gente de bem, gente humilde, gente pobre que não tinha condições de ter uma moradia.²⁰

Ao longo da entrevista ela foi me relatando como era o dia-a-dia dentro da ocupação e em todas as outras entrevistas verifiquei o mesmo procedimento. A alimentação era arrecadada com pequenos comerciantes e moradores dos bairros ao redor da ocupação. As refeições eram feitas coletivamente. Tiravam-se comissões para ir aos órgãos públicos e mulheres da comunidade se organizavam para cozinhar.

¹⁹ IDEM nota 14.

²⁰ IDEM nota 14.

Podemos notar na fala da depoente os termos: “invadindo” e “invadir”. Por que ela usa invadir ao invés de ocupar? É possível dizer que mesmo se o terreno em questão não tivesse dono, para alguns ocupantes, eles estavam “invadindo” uma área, algo que não lhes pertencia. Já a conotação depreciativa do termo “invasão”, utilizada por segmentos da imprensa, discursos oficiais de políticos de diversos cargos eletivos..., tem, na maioria das vezes, o sentido de legitimar a propriedade privada e por sua vez a ação policial! Seu Didi disse em sua entrevista: “A maioria aqui nunca tinha invadido terreno, eu mesmo nunca tinha invadido foi a primeira vez.” Da para sentir que houve a necessidade de justificar aquelas ações. Por questões morais alguns viam na ocupação um ato de ilegalidade? Mas qual a diferença entre invadir e ocupar? Invade-se o que já pertence a alguém e que está sendo utilizado. O exemplo sugerido é o do assalto. Quando o bandido entra em uma casa ele está invadindo um espaço privado e ocupado. Já ocupar significa estar num local desocupado, e passar a ocupá-lo. Não se está invadindo um terreno que há 50 anos está abandonado, caso, por exemplo, de terrenos ocupados próximos a Avenida Leste-Oeste. Eles tinham dono, mas só no papel, verificou-se que o dono não pagava IPTU há cinquenta anos, o que possibilitou a desapropriação do mesmo em benefício dos ocupantes.

A ocupação inicia-se muito antes da entrada dos ocupantes no terreno. Estas ocupações organizadas ocorrem desde a ocupação do Pirambu e sua resistência nos anos sessenta, que coincide com um processo de maior enfrentamento por parte dos ocupantes aos despejos, com repercussão nos meios de comunicação e apoio de entidades e parlamentares. Ao verem que a mobilização surtia efeito outros ocupantes pediam apoio para permanecerem nos locais ocupados como no caso do Jardim Nova Esperança (1968) e Km8 e Km10 da José Bastos (1978-79). A partir destas ocupações vê-se um processo de maior organização política do movimento de bairros e favelas de Fortaleza e as pessoas que não eram contempladas com casas em uma ocupação, já ficavam cadastradas para uma próxima. O ex-diretor e ex-morador do Castelinho Jacó Ferreira explica como se dava o processo de organização das ocupações a partir dos encaminhamentos dados pela UCGF:

A partir de uma decisão coletiva começava-se um processo de discussão e amadurecimento sobre como fazer para alcançar o objetivo, no caso moradias para pessoas de baixa-renda. As reuniões aconteciam nas casas de moradores, outras eram nas próprias associações do bairro, ou faziam-se assembleias em praças, e na própria ocupação quando esta já havia se instalado. Depois das reuniões tira-se uma comissão que vai verificar nas redondezas a existência de algum terreno que sirva para a ocupação, na falta de terreno próximo partia-se para procurar em outros locais. Depois de achado o terreno verificava-se se ele tinha dono e então organizava-se as

peessoas para entrar no terreno. Ou ocorre de outro modo, a ocupação se dava de forma espontânea sem organização prévia, nesse caso a organização se dava no próprio processo de ocupação.²¹

Na entrevista que fiz com o morador Francisco Jose Ângelo, conhecido como Didi, fica evidenciado este processo:

O primeiro contato foi na Humberto Craveiro, depois na Boa Vista, toda as quartas-feiras, depois de um determinado tempo de reuniões teve uma equipe que foi localizar um terreno pra gente ocupar, foi aí que o Jacó e o Tadeu que era os que lideravam foi pra uma reunião na Boa Vista e disse: nós localizamos um terreno, no Castelão, próximo ao Motel castelinho. Na época eram 72 famílias. Aí a gente: é hoje? É hoje. Aí foi a noite, umas dez pra dez e meia, aí veio aproximadamente umas cinquenta família. Aí chegamos aqui era um matagal doido, tiramos a cerca de arame. Aí fomos recepcionados por um vizinho o Emiliano que ate já é falecido, fomos recepcionado com bala. Aí tinha aqueles que “tinha muita coragem né” e foi embora, teve uns que correu né, mas aí os que ficaram lutamos, ficamos cerca de uns cinco anos ou mais, sete anos lutando mas graças a Deus ganhamos as casas e tamos aqui até hoje.

Para chegarem ao terreno ou as famílias iam a pé, se o mesmo fosse perto, (caso da comunidade do Castelinho) ou iam de caminhão, às vezes era necessário mais de um para levar as pessoas até o local da ocupação. Em qualquer um dos dois casos, depois da entrada no terreno vinha o processo de limpeza do mesmo, que era capinar o mato, depois fazia-se a marcação do lote, que normalmente era feito com cordões e pedaços de plástico. Em seguida começavam a cavar o chão com pequenos instrumentos que estivessem mais acessíveis na hora, como quengas de coco, facas, pé de cabra, ou alavancas e pás quando haviam, para se fazer buracos onde se fincariam estacas para levantar os barracos que podiam ser de plástico, faixas de anúncio, banners, papelões, e, se houvesse coqueiros por perto, com palhas de coqueiro ou carnaúba. Depois de levantados estes primeiros barracos, procuravam fazer outros melhores de madeira ou taipa. Organizada esta etapa a orientação da UCGF era a de construir primeiro um barracão (caso do Castelinho), que servia como ponto de apoio para todos e como referência da organização. No barracão é que se faziam as reuniões e onde as pessoas dormiam enquanto não levantavam seus barracos individuais.

Para o fornecimento de água cavavam geralmente poços, que se fazia de forma coletiva, ou quando não, se fazia um “gato” (ligação clandestina de água), sendo normalmente

²¹ Neste caso Jacó fala das ocupações em que depois de levantados os barracos alguns líderes da ocupação pediam ajuda da UCGF pra conseguir resistir no local, no caso de vir a ordem de despejo. Então alguns diretores iam lá e começavam a reunir os ocupantes pra traçar estratégias para aquela ocupação específica.

só um ponto de água. Para o fornecimento de energia elétrica geralmente fazia-se uma “gambiarra” (puxava-se fiação de um poste) para iluminar o barracão e depois os barracos. (Nem todos faziam gambiarra.) Quando não era possível, usavam lampiões a querosene ou velas, até mesmo fogueiras.

Para a alimentação todos ajudavam trazendo alguma coisa (arroz, feijão...), os que não tinham condições de contribuir saíam nas comissões atrás de doações nos comércios vizinhos e de casa em casa. Essa informação foi constante nas entrevistas. Tanto a moradora do Barroso II, como os moradores do Castelinho, como seu Bené do Cônego de Castro: “Aqui se fazia uma panela pra mil comer e dava certo”, outros diziam a mesma coisa a respeito da forma como conseguiam alimentos. E o mais importante era que a comida era feita para todos. Seu Airton do Castelinho disse que saía para pescar para trazer “uns peixinho”. Tudo era difícil mas o sentido de coletividade fazia com que as pessoas não passassem fome e isso mostrava a elas que juntas elas se tornavam mais fortes do que sozinhas.

O banho era feito em um lugar reservado normalmente feito de madeirite ou plástico. As pessoas tomavam banho com um balde, ou bacia. As necessidades fisiológicas eram feitas em sacos plásticos e descartadas. Depois, no processo de construção das casas faziam-se as fossas. O saneamento básico é precário em muitas regiões de Fortaleza. A maioria dessas comunidades utiliza-se de fossas até hoje. Os utensílios que se utilizavam dentro do barraco eram geralmente: um pote para água, ou filtro de barro, redes, lençóis, bancos improvisados, uma mesinha para se colocar pratos e outros objetos, sacolas com roupas. Fogo de chão para se fazer a comida. As panelas, geralmente, eram pretas da fuligem do fogo. A porta do barraco era uma cortina ou de madeira.

Quando eram feitos os barracos, era de forma que rodeavam o terreno ficando as portas para o interior do terreno, assim se evitava que as pessoas que passassem vissem o que acontecia no interior das casas e se preservava certa privacidade. O meio ficava livre (como nas ocas dos índios) servindo como área de convivência. Essa disposição era pensada para que se permitisse a entrada de pessoas da ocupação ou conhecidos e dificultava que quem estivesse fora soubesse o que era discutido nas reuniões.

Essas informações foram obtidas em conversas com ex-diretores da UCGF ao longo da pesquisa, principalmente com Jacó Ferreira, é o caso do trecho acima, que participou da organização de várias ocupações, inclusive a de três dos meus entrevistados. Havia um direcionamento que era seguido para todas as ocupações, quanto às reuniões dentro dos locais,

que eram muito importantes para organizar a luta. As ocupações por mim estudadas também passaram por esse processo:

As reuniões dentro das ocupações eram muitas, pois o momento exigia que fossem tomadas decisões o tempo todo, e fazia parte da organização da UCGF não tomar decisões que não fossem tiradas coletivamente com os moradores. Essas reuniões eram convocadas com antecedência, já com horário marcado. Ou se fosse algum assunto urgente alguém gritava do meio do pátio chamando para reunião e se espalhava de boca em boca, ou batia-se em um ferro, ou usava-se de um megafone. Tomadas as decisões saía-se para fazer o que tinha ficado acordado. No final do dia fazia-se nova reunião para fazer o balanço das atividades e tirar novas tarefas e novas comissões, que depois retornavam para dar os informes. As comissões para negociação com os órgãos públicos normalmente eram tiradas em assembleias gerais.

Esse processo era mais ou menos durante todo o período de resistência dentro das ocupações pesquisadas, até a estabilização da mesma. O galpão construído no início transformava-se em sede da associação dos moradores ou até mesmo numa pracinha como espaço de convivência da comunidade, caso do Castelinho. Depois da conquista da terra e da construção das casas em regime de mutirão (com o material de construção doado pela prefeitura, mas isto não era regra) havia a individualização do movimento. As pessoas passavam a se preocupar com suas vidas e aquele “espírito de união” do início se arrefecia.

Depois da comunidade já estabelecida algumas tiveram rádios comunitárias que serviam como importante meio de comunicação destas comunidades. Estas rádios existiram principalmente durante o governo da prefeita Maria Luiza que possibilitou a implantação das mesmas. Não eram realmente “rádios” com antena transmissora, tratava-se de um alto falante (conhecido aqui nesta época como “boca de ferro”), colocado em uma casa ligado a um microfone, e a uma caixa de som. Esse altofalante informava aos moradores horários de audiências, em órgãos da prefeitura ou do estado, por exemplo, e era importante instrumento de denúncia, avisando onde estava tendo despejo à ocupações. Os moradores que queriam ir até os locais onde estava havendo repressão se reuniam em local e horário determinados, para dar apoio a outras comunidades que passavam pelo processo de desocupação. A rádio também prestava serviços de “utilidade pública” como perda de documentos, desaparecimento de pessoas e até de animais domésticos. Elas foram perdendo seu papel de instrumento de comunicação com o aumento do número de telefones (orelhões) nas comunidades e também depois de sofrerem ameaças, algumas tendo o autofalante furado a bala, por pessoas que não

gostavam do serviço que tais rádios prestavam , provavelmente da parte denunciada pelas mesmas, caso da rádio comunitária da comunidade das Goiabeiras na Barra do Ceará²².

Dentro da ocupação havia tensões, pois eram muitas pessoas e personalidades diferentes tendo que dividir o mesmo espaço. Ocorriam discussões e até acidentes fatais por conta das condições precárias dos locais. Chamou-me a atenção o depoimento de seu Bené da ocupação do Conego de Castro ao relatar a morte de uma adolescente por conta das “gambiarra”:

Houve aqui uma morte de uma menina moça, por causa das gambiarra, foi uma repressão danada por causa dessa menina... essa menina era muito querida aqui, até que botaro aqui o nome, conjunto é... conjunto Daniele Lima, passou foi tempo nisso mas botaro no esquecimento, são fatos que acontece.²³

Perguntei mais sobre o fato e um ex-diretor da UCGF contou-me que a menina tinha por volta de treze anos, estava lavando roupa, o pai da menina havia acordado cedo e ao sair para a CEASA teria tirado o fio de estender roupa, este fio era semelhante ao da “gambiarra”. Nesse dia o fio da gambiarra estava mais baixo e ela acabou estendendo a roupa molhada neste fio e recebeu a descarga fatal. Tentaram reanimá-la, foi chamada uma ambulância, mas já não havia o que fazer. A comoção dos moradores foi grande, parece que saiu na imprensa escrita, mas o informante não recorda o mês do acontecimento, só sabe que foi no ano da ocupação, isto é 1992. Em homenagem a garota colocou-se o seu nome na associação de Moradores que passou a chamar-se Daniele Lima.

Segundo Jacó Ferreira que há época morava lá, havia sido comprados fios adequados para a instalação de energia, porem a COELCE confiscou os fios. Isto ocorreu por três vezes seguidas. Depois, a população passou a improvisar a fiação correndo riscos óbvios, o que acabou por desencadear o lamentável infortúnio.

^{22*} As informações sobre Rádios comunitárias foram prestadas por Bruno Filho que tinha um programa na radio universitária (109.7) na época da Administração popular (Prefeita Maria Luiza Fontenelle) e por Maria Silva, líder comunitária das Goiabeiras que foi ameaçada de morte e teve seu autofalante atingido por bala por denunciar a repressão do Governo do Estado a diversas ocupações.

²³ Benedito Cruz, 43 anos, pequeno comerciante, morador do Prédio da Caixa na Conego de Castro. Entrevista concedida em 30 de dezembro de 2012. Seu Bené faz algumas pausas em sua fala, e tenta lembrar o nome da menina. Tentei exprimir estas “pausas” através das reticências.

1.3 (Des)ocupação, repressão

A repressão policial em conflitos de terra perpetrada pelo Estado para manter a ordem e a propriedade (seja ela pública ou privada) não é uma política nova, muito menos do meio urbano, estes conflitos já vem desde as ocupações no meio rural e antecedem muito a criação do Movimento dos Sem-Terra (MST) e das Ligas Camponesas nos anos 50. É só remontarmos a diversos episódios de conflitos e verificar que muitos eram resolvidos à bala, onde um dos “panos de fundo” é a posse da terra, a exemplo do Ceará, nos conflitos da família Feitosa com os índios e famílias rivais no sertão dos Inhamuns no século XVIII, que resultou em muitas mortes.²⁴

A ocorrência de ocupações desestabiliza a ordem mantida pelos poderes públicos. Não é desejável ao Estado que multidões se amontoem em um terreno e passem a viver ali. É preciso garantir que as pessoas estejam em seus lugares sem incomodar. Mesmo na época da “Administração Popular” de Maria Luiza onde a prefeitura tinha o apoio de parte da população e era de esquerda houve repressão por parte do governo do Estado há varias ocupações. O estudo dos documentos pesquisados (Jornal O Povo e Diário do Nordeste) e das entrevistas com os moradores das ocupações do Barroso II, Cônego de Castro e Leste-Oeste, mostram que a partir da década de noventa, a repressão policial ao movimento foi maior e os despejos das áreas ocupadas eram feitos com violência.

Entrevistei o professor de história da rede estadual, Gilberto Américo²⁵ que diz ter ingressado no Movimento em 1990 depois de ter passado pelo Movimento Estudantil quando foi aluno da Escola Técnica Federal do Ceará. Em sua entrevista dada por e-mail o professor, que também foi diretor da entidade, diz como foi o procedimento da polícia a mando do Estado na reintegração de posse da ocupação do Barroso II: “A repressão foi brutal no processo de reintegração, barracos foram destruídos, crianças foram queimadas e idosos machucados.” (o Jornal O Povo noticiou em abril de 1990).

O ex-diretor da UCGF Jacó Ferreira diz em sua entrevista que:

Crianças foram queimadas com água quente, que estava no chão, pela repressão imprimida pela cavalaria da policia militar, mulheres foram arrastadas pelos cabelos pelo próprio oficial de Justiça “Dr. Toscano” que

²⁴ Para saber mais sobre a família Feitosa : fonte: <http://estoriasehistoria-heitor.blogspot.com.br/2012/12/livros-em-que-familia-feitosa-e-tema.html>.

²⁵ Gilberto Américo Fialho, 46 anos, ex-morador da ocupação 24 de março e ex-diretor da UCGF, entrevista respondida por e-mail em abril de 2012.

estava executando a ação de reintegração de posse. Os moradores se revoltaram, mas a ordem era pra retirá-los “de qualquer maneira”.

Ou seja, não importando o que tivessem que fazer contra os ocupantes! O mesmo foi relatado por dona Judith Mirna, moradora do Barroso II:

Quando veio o despejo a gente foi pego de surpresa, a polícia chegou pela madrugada, era de quatro e meia pra cinco horas da manhã, todo mundo acordou com a polícia aqui dentro. Tinha uma turma de mulheres que dividia as tarefas, a gente dividia as tarefas... então quando esse grupo de mulheres tava fazendo esse lanche, era uns caldeirão muito grande, foi na hora que a polícia chegou, invadindo, quebrando, derrubando tudo. Não tivemos chance de tirar uma colher, nem as crianças do barraco, porque eles chegaram com uns caminhão de gente, que eu acho que era até de presídio, por que era uns homens muito mal encarados, dentro de caminhões que vieram, não era policiais, não estavam fardados. Não deu uma chance pra ninguém, não mostraram taqui uma liminar a terra é nossa, vocês vão ter que desocupar, não! Eles foram uns bárbaros. Bateram em muita gente, crianças foi queimada, barraco foi destruído, coisas foram queimada, restou pouca coisa... ficamos com muito medo, ficamos apavorados, era muito choro muito grito, muitas mulheres grávidas, doentes. Tinha um homem na época, que ele é que veio a frente do comando da polícia. O nome dele era Toscano. Esse homem era tão perverso, este homem era tão ruim, ele beliscava criança, ele pisava nos pés das pessoas, o que ele tinha de pequeno ele tinha de mal.

Ficou evidenciado na maneira com que a moradora relata, que essa lembrança é muito viva e, de certa forma, ter vivenciado toda esta violência marcou profundamente a entrevistada. E não somente ela pois Gilberto e Jacó que também estavam presentes enquanto organizadores destacam o mesmo fato, fazendo com que percebamos o impacto que tal violência trouxe para a memória de todos que presenciaram tais arbitrariedades. Diante de tal relato sobre tal brutalidade sofrida por esses moradores, me pergunto: porque a polícia reage com tanto ódio aos ocupantes? Coloco o verbo no tempo presente, pois sabemos que se uma ocupação de tal envergadura (mais de 1000 pessoas) ocorresse hoje, a atuação da polícia não seria muito diferente da que ocorreu em 1990. Sabemos que a multidão impõe medo aos governantes que se sentem intimidados por ela:

A multidão inspira temor porque trás para cena urbana - lócus da política moderna - indivíduos excluídos da capacidade de intervir politicamente em uma ordem hierárquica rígida, que os condena a obediência e a submissão (NEVES: 2000, 243).

Portanto se todas as pessoas excluídas resolvessem a um só tempo se revoltar contra suas péssimas condições de vida, o que faria o governo? A ordem tem que ser mantida e as pessoas devem continuar trabalhando e pacificamente aceitando estas condições? Quem eram estes ocupantes que precisavam ser reprimidos pela polícia com tanta violência? Eram apenas pessoas desprovidas de armas, portanto indefesas, cujo “crime” que cometiam era lutar para garantir um direito básico: ter onde morar! A maioria das pessoas na ocupação era mulher e o relato mostra o total desrespeito dos policiais às mulheres e crianças. Foi um momento muito significativo da pesquisa, pois a forma utilizada pelo poder público para desocupação dos terrenos foi e é usar a força bruta e provocar o medo para que “sirva de exemplo” na tentativa de evitar futuras ocupações.

Aproprio-me das palavras do Professor José Borzacchiello:

Culpabilizar o pobre é muito fácil, tratá-lo como coisa, como objeto que pode ser removido, descartado, é o máximo da truculência, de desrespeito à dignidade humana. Justificar esta desastrosa ação, afirmando que muitos desses pobres não necessitam de moradia, posto que alguns já possuem suas casas, é uma balela.²⁶

Como em muitos outros momentos da história verificamos que o Estado se utiliza dessa prática na tentativa de manter o controle. Prática essa que já deveria está abolida em pleno século XXI.

Em primeiro de Junho de 1991 ocupou-se um terreno na Barra do Ceará. Deu-se o nome a essa ocupação de Terra Prometida:

A Ocupação foi resultado de um processo de organização feito pelas entidades: (UCGF, CEBs, religiosos, e do Grupo de Jovens Rebento) com as famílias que por diversas vezes fizeram assembleias, reuniões, caminhadas etc.. Naquele ano outras ocupações ocorreram na cidade e foram violentamente reprimidas e despejadas. Os ocupantes resolveram então acampar em frente à prefeitura e como a Terra Prometida também estava sob ameaça de despejo foram também para lá somar com os que lá já estavam. Passaram lá vários dias e em uma madrugada houve uma investida violenta da polícia aos sem-teto que estavam na calçada da Igreja da Sé em frente à Prefeitura. As famílias voltaram para suas casas e a luta continua” (Doc.1-1993, arquivo UCGF).

²⁶ Retirado do artigo publicado no Jornal O Povo, intitulado: Humilhação desnecessária de 11.02.2001, que trata da reintegração de posse de um terreno no Farol Novo, praia do Mucuripe. Posteriormente publicado em: SILVA, José Borzachiello. Nas trilhas da cidade. 2ª edição. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2005. (Coleção Outras Histórias).

O Documento nos mostra que para organizar essa ocupação tivemos a parceria da UCGF com uma CEB e um grupo de jovens da paróquia da Barra do Ceará. Era comum essa ajuda mútua entre estes setores: movimento popular por moradia e igreja católica ligada a Teologia da Libertação. Havia pontos de intercessão nos discursos de ambas, pois as duas falavam que era necessário lutar pela posse da terra, e pelo fim das desigualdades sociais. Havia também divergências principalmente porque a UCGF nesta época seguia uma linha marxista baseada em Gramsci e por mais que setores da Igreja estivessem engajados na luta pela moradia, aceitavam os dogmas e preceitos da religião católica.

O documento também fala da “investida violenta da policia aos sem-teto”. E com um agravante, de madrugada onde as pessoas estão mais vulneráveis por estarem dormindo e por não terem como acionar a imprensa, por exemplo, e outros “ajudadores” como advogados ligados aos Direitos Humanos. Na ocupação da Terra Prometida o processo para tentar a desocupação também foi violento como na maioria das ocupações, mas as pessoas com as experiências relatadas em outras comunidades pediram ajuda e foi deslocado para lá moradores de várias comunidades para apoiar a resistência daqueles ocupantes, a policia ficou em desvantagem quanto ao número, e isso fez com que a violência fosse menor.

Na ocupação de um prédio abandonado construído pela Caixa Econômica Federal, localizado na Avenida Cônego de Castro entre o Parque São José e o Parque Santa Rosa, em 1992, a violência também foi grande. Lá a polícia impedia a entrada e saída dos ocupantes. Levaram o batalhão de choque, cavalaria, várias viaturas da polícia militar. Segundo o depoimento do seu Benedito da Cruz, morador de lá desde o início da ocupação: “Aqui foi assim; ninguém entra ninguém sai né. Quem tava fora não podia entrar e quem tava dentro não podia sair. E como é que se ia trabalhar né? Não podia.”.

Se o direito de ir e vir é um direito dos cidadãos garantido pela Constituição de 1988, por que nesse caso os ocupantes ficaram sitiados dentro do prédio sendo-lhes cerceado esse direito? Nesse caso os agentes da repressão (polícia militar, batalhão de choque, cavalaria da polícia militar) que cumpriam ordens do governo (já que o prédio era de um órgão Federal, no caso, a Caixa Econômica), ignoraram completamente a carta magna, e o direito das pessoas de ir e vir foi confiscado como forma de obrigá-las a desocupar o prédio. Havia cerca de duas mil famílias distribuídas em 480 apartamentos. Foi desesperador, segundo pessoas que estavam lá e forneceram estas informações, pois ficaram achando que ia haver uma chacina, tamanho o número de policiais fortemente armados que foram para lá. Algo

semelhante aconteceu em 1996 na ocupação de um prédio no Montese, ali também as pessoas ficaram impedidas de entrar e sair.²⁷

Para que se evitasse algo pior a UCGF contou com o apoio de Rosa Fonseca, candidata a vereadora, e da ex-prefeita Maria Luiza Fontenelle, a imprensa foi chamada. O conflito durou dias. A denúncia aos órgãos de imprensa e a presença de parlamentares ligados aos Direitos Humanos eram formas de atuação do movimento para barrar ações mais violentas por parte do aparato policial do Estado. Nem os ocupantes saíam nem a polícia saía. Foi uma verdadeira “queda de braço”. Uma das formas de luta mais usadas pela UCGF e por demais entidades do movimento por moradia nas ocupações era a resistência. Os ocupantes sabiam que se quisessem mesmo as casas teriam que resistir no local.

Em 1993, oitocentas famílias ocuparam cinco quadras muradas próximas a Avenida Leste-Oeste. Esta ocupação ficou conhecida como a ocupação da Leste. Teve apoio das lideranças do Pirambu e da Barra. Logo após a ocupação a UCGF veio para ajudar na organização e na resistência. Esses terrenos haviam sido abandonados há muito tempo e a necessidade de moradias naquele entorno era grande. A moradora Maria do Socorro, 55 anos, dona-de-casa que organizou a quadra dois na ocupação da Leste relata:

A gente começou logo atrás da autoridade, sabe, pra desapropriar o terreno. E nessa nossa ida e vinda, a gente era muito massacrada pela polícia. E chegando à Prefeitura não fomos bem vindos porque o que falaram era que não compravam terras pra da pra ninguém, que o prefeito não faria isso. Aí tudo bem. A gente ia procurar o governo. No caso, a gente procurou o governo passando dois dias e noites dormindo e sendo espancado pela polícia. No caso eu fui uma das vítimas que foi espancada pela polícia. Um companheiro levou uma pedra no olho, e outras pessoas tem marcas que ficaram dessa luta por moradia.²⁸

Em outro trecho da mesma entrevista Dona Socorro desabafa: “Se não tivesse saído daqui pra ir a luta gritar, nós não tinha ganhado. Vinha gente dizer: a polícia está vindo botar vocês pra fora. Eu pensei: eles vão me matar, porque eu não tinha pra onde ir.”

Nesta ocupação ocorreu um dos fatos mais graves que tive conhecimento sobre ações violentas para que as pessoas saíssem dos terrenos. Houve um incêndio que moradores suspeitam ter sido criminoso. Nesse incêndio que ocorreu pela manhã, morreu um morador

²⁷ “Invasores do Júlio Cesar já somam 1600”. Jornal Diário do Nordeste: 03/05/1996, Fortaleza - Caderno Cidade. Esta ocupação foi feita como forma de pressionar as autoridades para que as famílias cadastradas nos programas habitacionais do governo pudessem ter garantido pelo menos a promessa de que iriam ter suas moradias feitas. Ocupar como forma de pressão sem ter como objetivo final se estabelecer no local ocupado também era uma forma de organização da luta.

²⁸ Entrevista concedida dia 1º de junho de 2013.

que estava dormindo. Fátima Regina, na Dissertação *A elaboração do saber nas lutas pela moradia*, citou a seguinte entrevista:

Tivemos pressão da polícia, tivemos pressão do dono do terreno, tivemos capanga batendo nas pessoas. Foram pessoas nossas presas no dia da ocupação. Ainda veio capanga do próprio dono do terreno, pagaram pessoas para vir incendiar os barracos, quando houve o incêndio... incêndio criminoso. Chamamos os bombeiros, os bombeiros vieram. Pedimos a eles pra fazer a perícia, eles ficaram de fazer a perícia, não fizeram. Parece que foram... não sei porque, foram comprados, se corromperam, sei lá. Sei que não fizeram a perícia porque tudo indicava que foi, indicava e indica até hoje, que foi um incêndio criminoso que era pra gente se assustar e sair. Mas nós, graças a Deus, passamos por cima disso e ficamos. (Entrevista com liderança da Ocupação Leste-Oeste) (BRANDÃO, 2001, p.123).

A autora teve como método de trabalho não divulgar o nome de seus entrevistados preservando suas identidades. Os mesmos fazem acusações sérias e essas poderiam trazer prejuízos a estes moradores ou mesmo represálias por parte daqueles que supostamente mandaram incendiar os barracos. O que fica como questionamento é a que ponto chega os donos de terrenos e o governo para que os ocupantes saiam das áreas. Chegar a querer eliminar as pessoas, mostra como a terra é uma mercadoria de alto valor e que a vida das pessoas vale muito menos do que as propriedades do mercado imobiliário.

O ano de 1996 foi marcado por um grande número de ocupações (cerca de vinte e seis) e de desocupações violentas. Chamou-me a atenção matéria veiculada no jornal O Povo de 21 de dezembro de 1996. O Título da matéria é:

“Sem-teto são despejados de terreno em Messejana”.

O Subtítulo diz: “Policiais militares, acompanhados de um oficial de justiça, cumpriram a determinação do Juiz Rômulo Moreira de Deus”.

Eram 180 famílias que ocuparam por dois meses um terreno na travessa Frederico Severo, em Messejana. O despejo se deu de forma violenta, barracos foram destruídos e tendo dois membros da Central dos Movimentos Populares (CMP)²⁹ sido espancados, presos e ameaçados de morte. Transcreverei abaixo alguns trechos da matéria para expor melhor o autoritarismo dos que tem ordem para desocupar os terrenos “invadidos”:

²⁹A Central dos Movimentos Populares surgiu da necessidade de articular os vários movimentos existentes a nível nacional em uma Central. Seu congresso de fundação ocorreu em 1993. Atualmente a CMP atua em 15 Estados e os movimentos populares em torno da Central são variados e vão desde ONGs de mulheres, movimentos de negros, moradia e comunitários, passando pelos movimentos culturais, de rádios comunitárias, indígenas e ecológicos, dentre outros, propondo diretrizes gerais para as lutas a serem travadas em cada momento específico, bem como colaborar com a construção de um projeto político popular para a transformação da sociedade. Fonte: internet:<http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/coordenacao/movimentos-populares/57-cmp-central-dos-movimentos-populares.html>

José Claudio de Lima Monteiro e Jacó Ferreira de Melo, da CMP, estavam no local dando apoio às famílias despejadas. Em meio a uma discussão, os policiais militares os algemaram, deitaram no chão e passaram a chutá-los. Em seguida os colocaram em um carro oficial (Opala preto de placa 017) e os levaram para um “passeio”. Dentro do veículo, eles foram por diversas vezes ameaçados. “Um policial disse que se eu denunciasse ele ia me matar.” Contou Jacó, apresentando diversos hematomas. Após duas horas, os rapazes foram deixados no 4º Distrito, no bairro Pio XII.

Na mesma matéria podemos ler:

Os ocupantes do terreno em Messejana já procuraram diversos órgãos, na tentativa de garantir moradias. Segundo eles, na Comissão de Habitação da Prefeitura disseram que devido à transição do governo, só poderão ajudar no próximo ano; na Companhia de Habitação do Ceará (COHAB) informaram que não apoiavam invasores; na Defesa Civil do Estado, onde eles foram solicitar lonas e alimentos, disseram que ajudá-los seria incentivar outras invasões. (...) Parte dos sem-teto que ocupa a travessa Frederico Severo também foi agredida no ultimo dia 17, quando tentava chegar ao Itaperi, onde haveria uma manifestação contra XI Reunião da Cúpula do MERCOSUL. Alguns deles ainda têm marcas de pancadas no corpo³⁰.

A truculência do despejo foi mais intensa em cima dos organizadores. As pessoas que ocupavam, como podemos ler na reportagem, foram a diversos órgãos públicos para tentar resolver sua situação e deram como se diz: “com os burros n’agua”, todas as portas se fecharam para eles. Como diz a matéria jornalística, os órgãos responsáveis pelo programa Habitacional do Governo como a COHAB (Companhia de Habitação) “não apoiava invasores”. O mesmo aconteceu na Defesa Civil, órgão que deveria ajudar as pessoas em situação de risco, como era o caso daquelas pessoas que estavam sujeitas a tomar chuva e sol junto com seus filhos menores. Havia ali uma “verdadeira batalha” entre as forças que organizavam o movimento junto com os ocupantes e o governo que tentava impedir que se alastrasse uma onda de ocupações e que isso levasse a uma desestabilização do próprio governo. A única forma para impedir seria a prisão dos organizadores e a ameaça de morte tão comum nos tempos dos coronéis.

Fica evidenciado que nos anos de 1990 a repressão policial e as intimidações eram intensas acabando com a falsa impressão de que se vivia e se vive num “regime democrático”.

³⁰ Através deste recorte poderíamos pensar que este jornal está servindo de aliado à luta dos sem-teto, mas os Jornais da cidade tem esta “tendência”: ora trazem matérias que vão de encontro ao governo, ora o apoiam. Isto depende se o grupo político que está na Prefeitura ou no Governo do Estado é aliado ou inimigo de quem financia o jornal, depende muito da conjuntura política da época.

O período coincide com a vitória nas urnas do grupo político de Tasso Jereissati e dos Ferreira Gomes que se sucediam entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Fortaleza. Também foi na década de 1990 que Juraci Magalhães se tornou prefeito, fazendo seu sucessor político, seu vice, Antônio Cambraia.

Nestas gestões a repressão aos movimentos sociais continuou e o número de desapropriações em favor das áreas ocupadas diminuiu.

1.4 O Projeto Castelinho

A ocupação de um terreno vizinho ao antigo Motel Castelinho, nas proximidades do estádio do Castelão, teve um diferencial em relação às outras ocupações urbanas do mesmo período. Para esta foi elaborado um Projeto Habitacional por engenheiros visando não só a construção das moradias, mas também o lazer e a “autonomia” da comunidade.

O Projeto para a comunidade Santo Antônio do Castelinho foi elaborado pelas ONGs CEARAH Periferia³¹, GREET (ONG francesa que deu origem em Fortaleza ao CEARAH Periferia) em parceria com a ONG ADRAE canadense (financiadora do projeto), a UCGF, a Associação dos Moradores do Castelinho e a Prefeitura de Fortaleza, entre 1997 e 1998. O Projeto tinha como um dos seus objetivos servir de modelo para as comunidades frutos de ocupação e visava dar a essas famílias condições de se manter na ocupação retirando da própria comunidade o seu sustento.

O Projeto foi desenvolvido por engenheiros e executado seguindo as plantas. A comunidade foi desde o início consultada e se envolveu na realização do mesmo, dando sugestões e por vezes não acatando as sugestões dos elaboradores do Projeto.

As casas seriam construídas num plano semicircular. No centro existiria uma praça, com um coreto. Essa disposição espacial das moradias evitaria a famosa disputa pelas casas de esquina. Nas ocupações as casas de esquina eram as mais disputadas, pois eram as

³¹ O Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos - CEARAH Periferia é uma organização não governamental, fundada em 15 de março de 1991. Atua prioritariamente na cidade de Fortaleza, e na região metropolitana de Fortaleza - CE - Brasil. Tem por missão o fortalecimento do movimento popular urbano para uma intervenção propositiva no processo de desenvolvimento urbano integrado, sustentável e solidário. Tem por objetivos: contribuir com a produção e difusão do conhecimento e com o aperfeiçoamento de tecnologias sociais no contexto urbano; contribuir para democratização do planejamento urbano através da integração de políticas de desenvolvimento urbano, a partir de intervenção interdisciplinar e sensibilizar, informar, capacitar o movimento popular urbano para o exercício da cidadania com autonomia.

preferidas para se colocar um pequeno comércio. Estava previsto a construção de 25 lojas para serem entregues as famílias que quisessem montar seu próprio negócio, uma horta comunitária, um galpão que seria transformado em uma marcenaria para a fabricação de móveis e brinquedos. As fossas seriam feitas para esgotar os resíduos num local um pouco mais distanciado e uma tubulação seria construída para levar os dejetos até lá. Havia também a intenção de manter um campo de futebol que já servia como área de lazer dos moradores. Os conflitos entre a comunidade representada pela Associação dos Moradores e as Entidades envolvidas começaram logo na construção das casas. Os elaboradores queriam fazer as casas a partir de placas feitas com tijolos comuns mais feitas em quadrados que depois seriam colocados um em cima do outro, o que em tese facilitaria a execução do mutirão, podendo ser construídas sem a ajuda de um pedreiro e pelas mulheres na ausência dos maridos. O depoente Didi diz em sua entrevista do dia 18 de dezembro de 2012 porque o projeto não deu certo desde o início:

Depois de muito tempo das audiência tudo, aí começou as parceria, a União das Comunidade que era a UCGF, CEARAH Periferia, o GREET, foi aí que formaro ali, com os gringo ali, um grupo pra poder dar início a um projeto. Esses gringo se interessaro pelo projeto achou bonito a luta da gente, aí surgiu um plano, ali uns estande né, de fazer umas casa de, de placa, de... aí na época nós até começamos a fazer placa, as mulheres trabalharam e tudo, mas aí nós vimos que não ia dar certo do jeito que eles queriam fazer, que ia ficar um negócio assim, como dizer demorado né, nós queria uma coisa pra logo, nós então derrubamos as placas tudim e aí cada um resolveu fazer casa normal como cada um costuma fazer aqui no Ceará. Aí pelo modelo do Conjunto redondo também ficou bonito. Aí tanta coisa que não foi né, que tinha no projeto que não foi concluído tinha muita, tinha a horta comunitária que tinha num canto aqui que não foi pra frente, nunca foi feita essa horta. Tinha umas lojas que era pra ser dos moradores que quisessem botar um trabalho, não funcionou. Teve um galpão também que era pra ser uma indústria também, pra fazer uma fabricazinha de móveis também, de brinquedo que não foi pra frente, chegou até as máquina e tudo mas quem ficou responsável pelas máquina vendeu, ninguém sabe dero fim em tudo. Até galpão se acabou-se, vendero. Mas isso aí foi de água abaixo, por uma luta que foi conquistada, mas apesar do tempo, foi as própria pessoa que a gente sabia quem são, que não queria mesmo fazer com que nós prosperasse, que formasse um grupo mesmo, um conjunto mesmo, uma comunidade, um condominiozim fechado, jamais as pessoa queria isso aí, queriam mesmo ganhar pra vender.

Vemos através deste depoimento as diferentes concepções acerca do Projeto, entre os elaboradores e de como intencionavam executá-lo, e os moradores que queriam resolver seus problemas financeiros e de moradia de forma imediata, fazendo as coisas à sua maneira. Primeiro, sobre a forma de construção das casas, já que não concordaram com a ideia das

placas e quiseram fazer como estavam acostumados como diz seu Didi que queriam fazer “casa normal” como se faz “aqui no Ceará”, mostrando o estranhamento ao modelo apresentado pelos estrangeiros. E sobre a questão da venda dos locais e máquinas do galpão, a explicação que me foi dada foi que os que assim procederam “pensavam em resolver seus problemas financeiros de forma imediata”. Talvez por não compreenderem as experiências das famílias os elaboradores estrangeiros não conseguiram dar conta do acontecido; os moradores acabaram vendendo os espaços que seriam para melhorar a vida deles a longo prazo. Entretanto, como é possível avaliar essas situações? Aproprio-me mais uma vez das palavras do professor Borzacchiello para a análise dessa situação, quando escreve o artigo *Humilhação desnecessária* para o Jornal O Povo, debatendo com os leitores sobre o despejo ocorrido naqueles dias na ocupação do Farol, no ano de 2001. A situação é outra, mas a venda das moradias serviu de pretexto à época para “condenação” dos ocupantes por parcelas da opinião pública, vistos como aproveitadores e desonestos:

Basta imaginar que alguns dos ocupantes da área tenham “resolvido” sua questão de moradia, mesmo que precariamente, e venham se arriscando a “tirar vantagem” ganhando outra casinha, tentando extrair dela uma renda adicional. Eles estão errados, é claro. Entretanto questiona-se, por que exigir do pobre um purismo que, lamentavelmente, está cada vez mais escasso em nossa cultura? A famosa “lei do Gerson” atinge todas as classes sociais, indistintamente. Se em todos os setores este traço está presente, principalmente entre os burgueses, ditos esclarecidos e que, ao mesmo tempo abocanham boa parte da renda nacional, por que os pobres deveriam conformar-se com a pobreza e fazer loas à miséria, ao desconforto e a fome? (SILVA, 2005, p.33).

Não quero com isso justificar o que alguns dos moradores do Castelinho fizeram. Acredito que os que assim agiram pensaram estar resolvendo um problema a curto prazo, imaginando que com a venda da loja, ou do galpão, pudessem “melhorar de vida” e quem sabe se com o passar dos anos tenham se arrependido e entendido que havia um propósito maior na construção destes espaços? O ex-diretor da UCGF Jacó que ajudou a organizar essa ocupação e morou nela por um tempo, disse que as placas foram pensadas para facilitar a construção, mas que os moradores destruíram o que já estava feito para fazer de novo do jeito deles. Bom, há de se respeitar a autonomia dos moradores! Se eles preferiram agir de forma diferente do que estava no Projeto, tinham o direito de discordar e fazer da maneira que achassem melhor, pois era uma parceria entre as Entidades e a Associação dos Moradores que era um colegiado, não uma imposição.

Perguntei ao seu Didi sobre as fossas que estavam previstas no Projeto que garantiriam um saneamento mais adequado até que a CAGECE fizesse o saneamento básico definitivo, e ele respondeu:

As fossa você quer dizer tipo um Sanear? Há as que tinha aqui que foi feito só durar dois dias, entupiu tudo, com dois dia de uso, quer dizer gastou ali, na época eu acredito que foi assim mais de 100 mil reais, foi muito dinheiro pra fazer, muito dinheiro mesmo, foi comido esse dinheiro todim aí fizeram ali só avacalhado mesmo, e comero tudo.

Perguntado sobre como se deu o mutirão para a construção das casas, narrou

O mutirão foi o seguinte, a prefeitura doou o material né, aí veio os engenheiro, que era do GREET que era a Débora, aí veio o Raimundo que na época trabalhou com a gente aqui, o Haroldo era o engenheiro, que dizem que era engenheiro da obra né, que ficou com a gente no início, aí tinha o Fernando também que era engenheiro. Aí a prefeitura doou a parte o material, ali nós entramos pra fazer, as casas era pra fazer em regime de mutirão, só que nos primeiros quinze dias não funcionava o mutirão. Porque o cara ia trabalhar, botava a mulher, a mulher não trabalha que nem um homem, não faz massa, mulher não sabe levantar casa que nem um homem, o homem mesmo é que tem o braço forte né? Hoje já tem mulher pedreira, já tem, mas antes era muito difícil. Foi aí que a gente via que o mutirão não ia funcionar, aí a gente que tinha mais amizade com um vizim, chegava: aí macho tu ajuda a fazer a minha casa que depois eu ajudo a levantar a tua. Ou então o cara pagava a diária a um pedreiro, vendia um botijão. Pagava um pedreiro duas diárias e trocava por um botijão, era assim, mas graças a Deus, foi difícil, difícil mesmo.

Podemos compreender que os organizadores tinham uma visão sobre o que era o Projeto e seus objetivos e os moradores viam mais dificuldades do que propriamente benefícios. As lojas foram vendidas porque os moradores não tinham as condições mínimas de empreender um negócio próprio. Na época 1998, 1999 aquela área ao redor do Estádio do Castelão era pouco habitada e uma parcela significativa das pessoas que morava no entorno eram muito pobre. Quem iria comprar os produtos vendidos? A horta não se concretizou, talvez por falta de entendimento por parte das pessoas de que cultivar os alimentos poderia dar mais trabalho e ser demorado, contudo traria mais saúde para as famílias e economia na hora de fazer as compras na feira. Não tinham uma visão de médio e longo prazo. O galpão que serviria de fábrica como ficou dito na entrevista também foi vendido. O que restou do Projeto inicial foi o formato da comunidade (redondo), a pracinha muito mal cuidada e o campo de futebol que alguns queriam transformar em espaço para a construção de mais moradias, mas acabou ficando como espaço de lazer para a comunidade depois de muitas discussões internas entre os moradores.

Não foi possível ir à sede do Cearah Periferia para obter mais informações a respeito do Projeto. Pesquisei na internet a respeito das ONGs GREET e ADRAE, mas não encontrei notícias. Mesmo assim pensei ser importante falar sobre a experiência do Castelinho, pois foi a única em que houve um Projeto pensado e discutido. O Projeto não logrou êxito, mas é importante registrar esses conflitos entre os moradores e os organizadores. Para os que acharam melhor vender suas lojinhas a ideia que lhes vinha à mente, segundo quem conviveu com eles no cotidiano da ocupação, era resolver de imediato seus problemas financeiros. Muitas vezes estas pessoas se viam desempregadas sem ter como sustentar a família e a saída vista era vender a moradia ou, nesse caso, algo que estava sendo-lhes oferecido, mas que não tinham como gerir. Hoje as lojinhas funcionam, já existe um comércio estabelecido lá, mas na época os elaboradores não identificaram esses pontos, como por exemplo: a pouca urbanização do entorno e as condições financeiras de quem lá vivia. O Projeto parecia ser o ideal, mas não foi pensado levando-se em conta esses e tantos outros fatores. As fossas, segundo seu Didi, custaram uma fortuna, mas não duraram dois dias como ele afirmou. Segundo Jacó Ferreira que morou algum tempo na comunidade, e foi diretor da Associação dos Moradores, as fossas funcionaram por meses, o problema era que os moradores tinham que pagar um caminhão do tipo “Limpa-fossas” para esgotá-las, como não houve consenso sobre a arrecadação do dinheiro para pagar o caminhão entre os moradores, elas acabaram “estourando”. Hoje cada família improvisou a sua e não se sabe quando a CAGECE irá fazer o saneamento na área.

A ideia de colaborar com as comunidades para se “autosustentarem” não ficou só no Projeto do Castelinho. Mas, outras iniciativas também não tiveram êxito por motivos bem parecidos aos expostos nessa análise do Projeto Castelinho. A UCGF pensou em fazer tanques pra criação de peixes nas comunidades, fabriqueta de vassouras e um Projeto de uma fazenda experimental Mandacaru, onde tudo que se plantasse e se colhesse seria coletivo, mas não foi realizado.

PARTE II: O Estado, a questão da moradia e o movimento social

“Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso sonho ter sempre, quem traz no corpo a marca, possui a estranha mania de ter fé na vida.”

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

O final da década de 1970 e início de 1980 foi tido como um período de força dos movimentos sociais no Brasil, organizados em várias frentes, desde o movimento pela Anistia à defesa das “Diretas Já”. Manifestações diante dos 15 anos de ditadura civil-militar a partir de segmentos diversos, desde as greves do ABC paulista, reorganização do movimento estudantil e sindical, às lutas por terra e moradia. Mas vale dizer que se a repressão militar recrudeceu no final dos anos 60 e princípio de 70, isso nos sugere que as diversas ações contrárias estavam em cena, ainda que muitas atuando nos bastidores.

Naquele período de 1970 e 1980 a cidade emergiu como um dos “palcos” das tensões, segundo Jose D’Assunção Barros:

Por várias razões a dimensão política emerge como um dos principais definidores da cidade. Por um lado, sem demérito das lutas camponesas, a cidade é a principal sede das lutas sociais. Por outro lado, ela é obrigatoriamente sede de poderes políticos: necessariamente irá abrigar poderes municipais, e eventualmente será também a sede de poderes estatais mais amplos (BARROS, 2007, p.62).

O Ceará não ficou de fora dessa luta, foram intensas as ocupações urbanas. Em Fortaleza, são vários os fatores que impulsionaram a luta por moradia: o crescimento demográfico, a migração constante de pessoas vindas do interior para capital, a falta de habitação e de infraestrutura, a concentração de renda e de propriedades nas mãos de poucos, fez com que dezenas de famílias se organizassem para ocupar os “espaços vazios” da cidade: terrenos baldios, matagais, prédios abandonados, terrenos de praça, áreas de risco. A maior parte dessas ocupações foi reprimida pelo poder público e privado também, num momento de expansão da malha urbana.

Um dos problemas apontados por estudiosos da cidade é que Fortaleza cresceu

desordenadamente. No artigo *Cidade sem rumo*, publicado no Jornal O Povo de 24.09.2000, José Borzacchiello diz:

A cidade é uma forma de expropriação do espaço da natureza em seu próprio espaço, como é também do espaço que lhe é exterior. A complexidade da cidade enquanto objeto socialmente produzido, animado pela dinâmica interativa do urbano, impõe uma gama de desafios aos cidadãos e exige um forte compromisso de seu gestor, responsável por sua manutenção em níveis satisfatórios conforme os preceitos das conquistas sociais contemporâneas e dos avanços técnico-científicos nas áreas de infra-estrutura, equipamentos e serviços capazes de garantir os mínimos requisitos de conforto e bem-estar. O esfacelamento ou desmonte de órgãos ou agências voltadas ao planejamento urbano, como acontece em Fortaleza, favorece o crescimento anárquico da cidade, incompatibilizando os diversos itens componentes de sua estrutura física e de sua dinâmica social (SILVA, 2005, p.57).

Esse “desordenamento” urbano que fez com que Fortaleza crescesse de forma “anárquica” adveio de vários fatores, dentre eles observa-se: o grande fluxo migratório de pessoas vindas do interior, já que nas cidades interioranas não existiam (e até hoje em muitas não existem) as condições mínimas de atender a população nas questões relacionadas a trabalho, saúde, educação e moradia o que faz com que essas pessoas busquem a capital para obter a satisfação destas necessidades básicas. Além disso, as gestões tanto do município, quanto do Estado, não tinham planejamento consistente do crescimento da cidade, nem uma política habitacional que desse conta da demanda por moradias na capital. A partir daí surgiu a necessidade de ampliar o número de habitações, e por sua vez aconteceram as ocupações, e o aparecimento das favelas.

O problema do déficit habitacional vai além do inchaço das grandes cidades que não absorve a mão-de-obra excedente, que é tecnicamente desqualificada e com pouca escolaridade. É um problema estrutural da crise do sistema capitalista:

Em Fortaleza a ocupação de terrenos urbanos, associada à autoconstrução de moradias, tem sido a saída predominante dada pelos setores populares à sua necessidade de abrigo. As favelas compreendidas aqui como ocupações espontâneas ocorrem e se expandem, historicamente, de forma lenta na paisagem da cidade. (...) Há que se indagar, portanto, que contornos assume a luta pela moradia popular em Fortaleza ao longo de sua história, como uma luta pela hegemonia trazendo ao centro da questão a moradia como elemento de prevalência da lógica da reprodução do capital (BRANDÃO, 2001, p. 77,13).³²

³² A autora fala de hegemonia enquanto conceito Gramsciano: “(...) A hegemonia é vista em relação as sociedades de classes como um processo que é efetivado no interior da luta de classes. O conceito de hegemonia é elaborado para estudar as relações dentro das classes sociais e entre as classes”. BRANDÃO, Fátima Regina

O Jornal Diário do Nordeste em sua versão on-line de 03 de dezembro de 2006 diz que: “Em 1985, o governo do Ceará registrava 234 favelas em Fortaleza. Em 1991, já eram 313. Hoje, segundo a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, esse número é de 661. O IBGE calcula 177, porque desconsidera os assentamentos com menos de 50 barracos”.

O mesmo Jornal diz que em 2005 o IBGE calculava que 800.000 pessoas moravam em Favelas em Fortaleza. No estudo sobre Fortaleza e sua expansão urbana na contemporaneidade são de muita relevância esses dados que expõem a existência desse enorme contingente de pessoas morando em favelas, áreas de risco ou em habitações precárias.

A principal questão é que as pessoas são levadas a ocuparem terrenos e construir “favelas” porque a habitação se tornou uma mercadoria inacessível para uma grande parcela da população. Segundo Fátima Regina Lopes Brandão:

... A moradia é uma mercadoria de alto valor relativo, com mercado consumidor estreito, de vez que é composto apenas por aqueles que tem rendimentos suficientes para adquiri-la, com capacidade de acumulação de uma significativa poupança. A grande massa trabalhadora, excluída dessa demanda é obrigada a solucionar sua necessidade de habitação fora do mercado formal de moradias, ou seja, em moldes não capitalistas. Essa questão está na base da crise de habitação produzida de forma estrutural pelo capitalismo.(BRANDÃO, 2001,p.115)

Tendo em vista que em Fortaleza, principalmente no recorte temporal proposto (décadas de 80 e 90), uma média de 70% da população recebia até três salários mínimos e que esses índices não se alteraram substancialmente ao longo do tempo, não é difícil entender porque um contingente cada vez maior de pessoas buscou a ocupação de terrenos e a moradia em favelas, por não conseguir se enquadrar no mercado formal de habitações. Considerando que a maioria desse contingente era formada por desempregados e os que tinham sub-empregos. Nas entrevistas podemos perceber que o número de ocupantes era na casa das centenas ou milhares: 950 famílias no Barroso II, 2000 no prédio ocupado na Conego de Castro, 800 famílias no início da ocupação da Leste-Oeste, 1600 que ocuparam um prédio particular no Montese para pressionar o governo por moradias, só para dar alguns exemplos. Portanto, se para os poderes públicos “os invasores” eram caso de polícia, para eles não havia outra alternativa. A organização foi uma das saídas encontradas para resistir às desocupações

e permanecer nos locais ocupados, onde muitas destas pessoas entendiam que suas necessidades poderiam ser direitos garantidos, e a união era um caminho indispensável. As reuniões com os líderes das ocupações e militantes das entidades dos sem-teto cumpriam o papel de fortalecer essa compreensão. Depois de garantida a permanência, a luta se expandia por outros direitos como o de se ter: energia elétrica, água encanada, escolas próximas para as crianças estudarem, postos de saúde... Essas lutas cresceram e se intensificam a partir da década de 1980:

Nos anos 80, as lutas de resistência a remoções ultrapassaram, de forma mais generalizada, os limites de cada favela ameaçada, adquirindo visibilidade com a criação de organizações de âmbito federativo das associações de bairro. Entre elas a Federação de Bairros e Favelas - FBBF- que nos seus primeiros anos de existência desenvolveu um decisivo trabalho no apoio as lutas de resistência, organizando estas populações ameaçadas, negociando propostas e divulgando os fatos, na busca de apoio da opinião pública (BRANDÃO, 2001, p.78).

Em contrapartida o Estado nesta década e na seguinte combate com a força policial as “invasões” de terrenos, mostrando sua incapacidade de fornecer a população um item que é básico para a manutenção da força de trabalho. A explicação para o não atendimento do Estado as necessidades dos trabalhadores e da população em geral esta na própria estrutura da máquina pública até aquela década.

Se por um lado os governos tem que investir em habitação para os trabalhadores, pois faz parte de suas plataformas de campanha e de suas “obrigações” para com os cidadãos, por outro lado esse investimento adquire outra característica dentro da lógica do sistema capitalista. Para os governos os imóveis são mercadorias rentáveis não só para o setor privado. O Estado atua como parceiro neste investimento:

(...) Em outras palavras, o poder público investe como importante elemento de viabilização da circulação de edificações como mercadorias, convergindo sua ação para ampliação dos lucros do capital, tanto pelos resultados na valorização do terreno, portanto no aumento da renda fundiária, quanto pelo financiamento da compra dos imóveis, dinamizando o setor imobiliário. Dessa forma destaca-se o papel do Estado como ator junto do mercado formal de habitações com resultados diretos no aprofundamento da segregação social, ou seja, o valor agregado a terra, fruto dos investimentos em infra-estrutura para torná-la edificável, incide diretamente no aumento dos preços da moradia, portanto na exclusão cada vez maior dos setores empobrecidos frente ao mercado formal de habitações. As terras não-edificáveis e desvalorizadas ficam como alternativa de localização dos setores populares para reproduzir-se e perpetuar-se (BRANDÃO, 2001, p.18).

Em Fortaleza essa “segregação dos espaços” para os setores populares fica evidente. Houve uma expansão da cidade para o lado do Papicu, Varjota, Dionísio Torres, Água Fria com investimentos em equipamentos urbanos como shopping centers, ruas asfaltadas, clínicas, e um comércio varejista com lojas de luxo para atender as classes A e B que passaram a ocupar essas outras áreas, que receberam estes investimentos para proporcionar a essas “classes privilegiadas” o conforto necessário para que ali se estabelecessem. Já as áreas mais afastadas da praia, do Centro da cidade e da Aldeota passaram a ser desvalorizadas e para lá os pobres foram como que “empurrados” para habitar. Ainda assim existem certas “ilhas” de pobreza que permanecem em meio aos prédios de apartamentos dentro desses bairros da classe média e alta. Isso se explica porque eles já estavam lá quando a especulação imobiliária começou a vender seus imóveis nessa parte da cidade, a exemplo da Favela dos Trilhos que fica na Varjota. O Morro das Placas, localizado na Praia do Futuro, é que “destoa” do restante da “paisagem”. São exemplos de contradições encontradas na cidade. Não há alternativa quando não há uma política séria de habitação para a população carente das cidades, a única alternativa é a ocupação de terrenos. E isso ocorre não só em Fortaleza, mas em muitas capitais do Brasil.

Analisando as estatísticas observo que está longe de se erradicar a miséria em nosso país, como propõe o atual Governo Federal. Há treze anos os índices eram piores:

No ranking da pobreza dos estados do Brasil, o Ceará ocupa o quinto lugar com 59% de sua população abaixo da linha de pobreza, contribuindo com 7,9% da pobreza do país. Quanto à indigência, o Estado tem 32,5% abaixo desta linha contribuindo com 9,9% dos indigentes do país. (BRANDÃO, 2001, p.18).³³

Portanto é verificável que nos índices há número populacional que não tem garantido os rendimentos mínimos para sua sobrevivência. São pessoas que vivem de “bico” ou em empregos que lhes garantem no máximo o salário mínimo! Se não podem garantir sequer uma alimentação digna como terão condições de ter um imóvel? Esperam então que os governos lhes dê moradia? O problema é que a promessa de construção de moradias para os trabalhadores se arrasta década, após década, eleição, pós-eleição, e o déficit habitacional não é resolvido.

³³ A autora usou como fonte para a obtenção desses dados o censo IBGE do ano 2000. Segundo os telejornais como Jornal Nacional, Jornal da Record e outros os índices melhoraram devido a implantação do bolsa família pelo governo federal.

E como substituir barracos por conjuntos habitacionais sem modificar as relações de trabalho, responsáveis por um enorme contingente de despossuídos, sem oportunidade de educação, sem moradia, sem as mínimas condições de vida? Como pensar que modificar a condição de vida da população de baixa renda pode ocorrer com programas de qualidade de vida, se ainda não foram elaborados outros capazes de resolver problemas responsáveis pela quantidade de vida? (SILVA, 1986, p. 22).

Os governos tentam resolver o problema do déficit habitacional, construindo moradias em locais mais afastados. Foi assim na construção do Conjunto Ceará a partir de 1977 e Conjunto Esperança em 1981. O Conjunto Prefeito José Walter é mais antigo. Essas edificações trazem consigo outros problemas. O local de trabalho encontra-se na maioria das vezes longe do local de moradia, os transportes públicos são de péssima qualidade e insuficientes, outro agravante, fazendo com que as pessoas levem horas pra chegar no trabalho. Esses conjuntos habitacionais de início não tinham comércio em seu interior nem outros equipamentos importantes para a população como bancos, lotéricas, cartórios... Além de algumas mercearias. Mas para o Estado a construção de conjuntos habitacionais resolveria o problema do déficit habitacional e “de quebra” ainda impulsionaria a economia, como explica Borzacchiello:

Nesse sentido e dessa forma o Estado concilia interesses conflitantes, “atende” à demanda por moradia e, concomitantemente, impulsiona um emaranhado de negócios que contem ao mesmo tempo o elemento indústria - tijolos, telhas, madeira, fios, fusíveis, relógio marcador de consumo de energia, tubos e conexões, cimento, ferro... enfim, agiliza negócios e intensifica o comércio. Por sua vez ele também acaba resolvendo questões mais amplas que atingem interesses dos grandes especuladores que veem suas terras valorizadas a partir de investimentos realizados nas imediações, até então guardados como “lotes de engorda” que alimentam e sustentam a lógica da especulação imobiliária (SILVA, 1986, p. 94).

Essa pretensa solução só atinge uma parcela da população, aquela que tem emprego fixo e pode comprometer parte de sua renda com prestações que vão durar praticamente toda a vida ativa do trabalhador (de 25 a 30 anos). O perfil das pessoas que consegue financiamento para casa própria é de funcionários do Estado que como concursados tem garantia de vínculo empregatício, profissionais autônomos (comerciantes, vendedores autônomos, costureiras, cabelereiros, marceneiros, protéticos,...) e operários de indústrias, bancários, enfim pessoas com profissão definida que tinham certa “certeza” de poder arcar com uma dívida tão longa.

Em suma o financiamento da casa própria não soluciona o problema do déficit habitacional e muito menos de uma considerável parcela da população que não pode pagar as prestações por não terem a renda exigida pelos programas habitacionais do governo (dos instintos COHAB - CE, BNH e Caixa Econômica), e não terem profissões que lhes garantam permanência no emprego. Essas pessoas, não podendo viver nas ruas e elegendo a capital como único local capaz de lhes garantir um mínimo de rendimentos para se manter, vão procurar terrenos para ocupar e depois disso vão se organizar para garantir sua permanência nos terrenos e a infraestrutura necessária para os mesmos. Assim o movimento social por moradia em Fortaleza nas décadas de 1980 e 1990 criou corpo e foi às ruas.

2.1 A política e o movimento social

A década de oitenta, entre outras décadas, é marcada por um sentimento de luta por liberdade. Nesse início de década a retomada veemente das reivindicações, passeatas e atos públicos, ocorre na cidade constantemente. A organização dos moradores em associações de bairro se torna mais frequente. Aos poucos esses movimentos vão cada vez mais ocupando maior espaço na imprensa, exigindo o cumprimento das leis que lhes garantisse os direitos básicos à moradia, saúde, educação, transporte... que culminaram na promulgação da Constituição de 1988 e que também constam na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é consignatário. Os movimentos se acirram à medida que posições mais radicais de esquerda assumem ideologicamente seu direcionamento.

Nesta parte destaco a contribuição de outros setores da sociedade que contribuíram para o fortalecimento político deste movimento e suas táticas de pressão junto ao Estado para a conquista das reivindicações: setores da Igreja Católica, partidos de esquerda e a formação de entidades de caráter federativo, tanto locais como nacionais a partir de meados da década de oitenta atuando nos três níveis de poder: municipal, estadual e federal, obtendo importantes conquistas para os ocupantes.

O Movimento organizado das ocupações passa a se estabelecer de forma mais cuidadosa e pensada em seus detalhes a partir da metade da década de oitenta. As entidades atuavam nessas ocupações para a conquista dos objetivos traçados. Esse tipo de organização da luta dentro do Movimento por moradia existia em outras partes do Brasil, a exemplo de

São Paulo. Segundo João Carlos de Souza, são eleitas as seguintes táticas para o Movimento para obter as moradias dos locais ocupados:

- Necessidade de organização e resistência devido as condições precárias de sobrevivência nos acampamentos improvisados e confronto com a polícia;
- Maior número de famílias envolvidas no processo de ocupação da área;
- Construção das casas pelos próprios ocupantes;
- Ocupação de órgãos públicos (no caso da pesquisa do autor foi ocupada a Regional de São Miguel, à época em que Mário Covas era Prefeito da Capital, ver p.57) (SOUZA, 1995, p.22-23).³⁴

Os vários movimentos existentes no país trocam informações e discutem suas estratégias a nível regional e nacional em encontros que reúnem as entidades que organizam esses movimentos. A criação da Central dos Movimentos Populares (CMP) e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) refletem a necessidade de uma organização nacional do movimento, já que o problema da moradia e suas demandas se dão em âmbito nacional. Já o Movimento dos Sem-Terra (MST), que foi o organizador das ocupações pesquisadas e analisadas no estudo de João Carlos Souza, tem seus próprios encontros nacionais já que é um movimento existente em no país, e que antecedeu a questão das ocupações urbanas, tendo surgido para lutar pela reforma agrária, não deixando também de somar com os demais movimentos na CMP.

Segmentos da Igreja Católica que já vinham apoiando as lutas por moradia na cidade intensificam sua participação, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) dentro da visão da Teologia da Libertação que elegeu os pobres como seu público prioritário, sendo muitos membros das CEB's componentes desse público. A Teologia aproximava-se do marxismo denunciando as desigualdades sociais e, através das suas pastorais, atuava em diversos segmentos na luta por direitos básicos e por uma vida digna. A Teologia da Libertação se expandiu na América Latina, e no Nordeste do Brasil encontrou uma juventude ávida por mudanças. No Ceará as CEB's e pastorais como a Pastoral Operária, Pastoral da Terra e Juventudes (JOC, JUC) foram, para muitos militantes, a porta de entrada para o movimento social por moradia. É o caso de Iranildo, ex-morador da comunidade "3 de Junho" e militante do Movimento por moradia, que ingressou nas CEB's ainda adolescente e diz em sua entrevista que foi através do contato com a Teologia da Libertação que começou a entender o problema das desigualdades sociais. Muitos dos sem-teto, na sua maioria católica,

³⁴ A pesquisa do autor se dá principalmente nos anos de 1987 a 1989, em 11 locais ocupados na região leste da cidade de São Paulo.

sentiam-se acolhidos por essa parte da Igreja, que se colocava a seu lado na luta de resistência pela posse da terra ocupada.

No início da década de 90, A igreja católica muda suas diretrizes de evangelização e passa a se dedicar mais a corrente chamada Renovação Carismática em detrimento da Teologia da Libertação. Aos poucos a Igreja enquanto Instituição vai se afastando dos movimentos sociais e caminha em direção a uma evangelização menos crítica em relação aos problemas sociais se voltando para o lado mais espiritual do evangelho. Fato marcante dessa nova postura da igreja foi o processo aberto contra o então frei Leonardo Boff pela Sagrada Congregação em defesa da Fé (antigo Tribunal do Santo Ofício) que desde a metade da década de 1980 vinha “monitorando” as atividades do Frei, uma das maiores autoridades em Teologia da Libertação no Brasil e um dos grandes nomes dessa corrente na América Latina. Em 1992 o próprio Boff “renunciou suas atividades de padre e se autopromoveu ao estado leigo”³⁵ Esta mudança nos rumos da igreja católica deveu-se entre outras causas, a expansão das Igrejas evangélicas, tanto pentecostais como as neo-pentecostais (caso da Igreja Universal do reino de Deus) fazendo com que fieis católicos abandonassem sua religião para abraçar esta nova fé, levando então a cúpula da Igreja a adotar um novo modo de agir para manter-se como a maior religião do Brasil e da América Latina. No final da década de 90 o trabalho das CEB's estava praticamente extinto.

Os movimentos sociais, na sua quase totalidade, estavam ligados a partidos de esquerda. Acreditava-se que através da “conscientização das massas” sobre todos os malefícios que o sistema capitalista trazia era possível fazer a revolução. Os partidos que mais se envolveram na luta direta pela moradia na capital foram o PT, que começou a formar uma “base” no início da década de 80 participando ativamente de mobilizações, junto com os setores mais progressistas da Igreja Católica, apoiando greves, ocupações, e exigindo o fim da Ditadura, e o PC do B também fazendo um trabalho parecido com o do PT e diversas vezes lutando nas mesmas frentes. Foi a formação dessa “base” nos bairros e comunidades, por grupos mais radicais no interior do PT, que conseguiu eleger Maria Luiza prefeita de Fortaleza. Lembrando que o Partido abrigava em seu interior diversas outras agremiações partidárias clandestinas que lhe davam uma “capa legal”. O mesmo não ocorria (nem ocorre) com o PC do B que foi um racha do antigo PCB que continuou com seu programa alinhado ao Partido Comunista Soviético. Os partidos de esquerda passaram nesse momento de abertura

³⁵ Informações retiradas do site: <http://leonardoboff.com>

política e “redemocratização” a fazer uma reformulação em seus programas, as lutas do movimento por moradia eram tão importantes quanto as lutas dos trabalhadores nas fábricas, por exemplo.

O cotidiano das organizações de bairro colocou para os partidos de esquerda a necessidade de valorização das “pequenas lutas” (na verdade lutas que pareciam pequenas, mas eram grandes - grifo meu) como recurso importante para se integrarem à comunidade. Assim, o cotidiano dos bairros recoloca a importância de formas iniciais de organização baseada em fatos bem concretos que entram na ordem das carências por bens de consumo coletivo (BARREIRA, 1992, p.116-117).

Para compreender melhor como se organizou o movimento social por moradia na década de oitenta e como foi desencadeada uma série de ocupações, bem como seu caráter político, é necessário entender como surgiram em Fortaleza a “Jornada de Luta contra a Fome, a Exploração e a Opressão”, a União das Comunidades da Grande Fortaleza e a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza.

Em 1980 nasce a “Jornada de Luta contra a Fome, a Exploração e a Opressão” fruto das CEB’s e de um trabalho comunitário que a Igreja Católica fazia tendo como base a Teologia da Libertação. Essa Jornada lutava para que as pessoas que vinham do interior “fugindo da seca” tivessem garantidas as condições mínimas de sobrevivência na cidade. Muitas estavam passando fome, não tinham trabalho, pois a maioria era de trabalhadores rurais e havia muitas crianças. Sensibilizados com essa situação pessoas ligadas as Comunidades Eclesiais de Base e ao movimento por moradia organizam essa Jornada para lutar contra a fome, a falta de moradia e a exploração do sistema capitalista que para os organizadores seria o verdadeiro responsável pela desigualdade e opressão sofrida pela humanidade.

A Jornada vem somar-se a outros movimentos como o Interbairros que retomam as lutas não só por moradia, mas por saúde, educação, enfim por melhores condições de existência. Da união da Jornada de Luta contra Fome com uma parte dos filiados do Interbairros, que já organizava uma série de associações de bairros e favelas é que surge a União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF) em 1986.

Em 1982 organiza-se a Federação de Bairros e Favelas através das lutas empreendidas por suas lideranças no bairro do Dias Macedo e imediações. Eles também passam a organizar várias ocupações na cidade e se filiam politicamente ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Posteriormente a seu surgimento metade dos filiados ao Interbairros

(entidade que agrupava algumas associações de moradores no final dos anos setenta) filia-se a Federação, que tinha como um dos objetivos de sua criação ser a entidade que agruparia todas as associações de moradores, atuando como entidade única. A atuação da Federação se torna oposta a da UCGF, avaliando que a UCGF era mais radical, enquanto eles buscavam parcerias e projetos com os governos para resolver o problema da moradia. O surgimento da UCGF acabou por “dividir” as associações de acordo com as áreas de atuação de cada uma dessas duas grandes entidades de bairros.

Nessa época surgem diversas associações de bairros em comunidades pobres formadas principalmente por pessoas que vinham do interior com a intenção de arrumar um trabalho que lhes garantisse o sustento da família e de uma vida melhor na Capital. Esse foi o caso do pai da Vilani que viria a ser a primeira presidente da UCGF e que foi uma das ocupantes do Km8, favela da José Bastos.

A União das Comunidades da Grande Fortaleza nasce apenas como União das Comunidades no final da década de 70. Ela nasce da união das lutas da favela da José Bastos (1978), da Associação dos Moradores do Jardim Nova Esperança no Papicu e dos moradores do Cajueiro Torto (Messejana). A partir do ano de 1979 soma-se nesta luta o Movimento Feminino de Luta pela Anistia que tem entre suas militantes duas importantes figuras femininas que lutaram junto ao movimento por moradia, a então deputada Estadual Maria Luiza Fontenelle, que viria a ser a primeira mulher eleita prefeita da capital por voto direto nos país, e Rosa Fonseca militante do PRC, ex-presa política, professora e uma das vozes que se manifestaram contra a desocupação da favela José Bastos. Naquele momento era importante somar forças, pois a luta pelo fim da ditadura tornava-se forte, depois de anos de violência, extermínio e desaparecimento de militantes.

Em 1985 os vários movimentos populares que existiam na cidade como: Movimentos de Bairros e Favelas, Movimento de mulheres, Sindical e Estudantil uniram-se em torno de um projeto político que visava colocar a frente da Prefeitura de Fortaleza a primeira mulher prefeita de capital que foi Maria Luiza Fontenelle. Tendo a proposta de uma “Administração Popular” voltada para os interesses da população excluída.

A união desses movimentos somados a uma campanha eleitoral vibrante e a uma “base” que já vinha se fortalecendo anos antes, obtém o sucesso nas urnas do que parecia “impossível”: a eleição de uma mulher e, além disso, do Partido dos Trabalhadores, para Prefeitura de Fortaleza. Foi uma campanha feita sem grandes recursos financeiros, mas amplamente apoiada pelas comunidades pobres da cidade. Até o último dia havia dúvida se

realmente Maria Luiza, que já tinha sido Deputada Estadual pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro - único partido de oposição durante um período da ditadura militar), e que apoiava a luta dos excluídos da cidade ganharia, pois o candidato Paes de Andrade do agora PMDB, que se tornara uma sigla de perfil de centro-direita, era colocado à frente nas pesquisas. Mas a garra dos militantes aliada a um desejo de mudança fez a diferença.

Em janeiro de 1986, Maria Luiza Fontenelle assume a Prefeitura e começa a enfrentar vários problemas na administração da cidade. A partir daquele ano a União das Comunidades e as Associações filiadas a ela passaram a apoiar a “Administração Popular”. A Federação de Bairros e Favelas (FBFF) ligada ao PC do B, PC e MR-8 passa a disputar a hegemonia do movimento com a UCGF demarcada politicamente pelo Partido da Revolução Operária (PRO) via PT. São centenas de ocupações ocorrendo pela cidade, levando a Prefeitura a ser criticada pelo Governo Estadual e por setores dentro de seu próprio partido. Era governador do Estado o empresário Tasso Jereissati que foi eleito tendo como seu slogan de campanha o “Governo das Mudanças” que pretendia “tirar o Estado do Ceará do atraso econômico”, prometendo trazer o desenvolvimento para o Estado através da industrialização, e colocando-se como oposição às velhas “oligarquias” que durante anos estiveram a frente dos rumos políticos do Estado. Apoiado pelos setores industriais e empresariais Tasso obteve uma expressiva votação diante de uma realidade de miséria de grande parte da população.

Regina Brandão traz uma entrevista que fala sobre o aumento “exorbitante” de áreas ocupadas durante a Administração Petista:

Na época da Maria Luiza mesmo houve os primeiros mutirões. E isso foi decorrente do número exorbitante de ocupações. Existia na Comissão de Habitação uma lista de 139 áreas ocupadas, invadidas que eles chamavam ocupadas, na Administração da Maria Luiza, porque eles tinham apoio e eles tinham todo o respaldo para invadir as áreas. Não tinha obstáculo, não tinha fiscalização. Exatamente, então eles ocuparam 139 áreas. (Entrevista com técnicos da COMHAB (BRANDÃO, 2001, p.122).

O trecho traz a informação de que foram 139 áreas ocupadas, como foi possível fazer tantas ocupações em apenas três anos de governo? A própria ex-prefeita de Fortaleza Maria Luiza respondeu-me que no período de 1980 a 1986 houve uma seca muito forte em nosso Estado e pra capital migraram 300.000 pessoas. Estas pessoas ficaram em casas de parentes, em vilas de aluguel e uma grande parte se espalhou pela cidade em terrenos baldios, áreas que seriam praças, campos de várzea, beira de rios, e até debaixo de pontes. A UCGF então com apoio da prefeitura passa a organizar ocupações na cidade para dar abrigo e casas

dignas para estas famílias. No final da gestão de Maria Luiza foram construídas em regime de mutirão 10.000 moradias. As demais pessoas cadastradas para obter material de construção tiveram que enfrentar a próxima gestão (Prefeito Ciro Gomes) que não quis negociar com os ocupantes dando ordens de despejo para que se desocupasse as áreas ocupadas (as vezes os despejos eram ilegais, isto é sem ordem judicial) e protelando ao máximo as desapropriações iniciadas na gestão anterior.

Podemos perceber o descontentamento do técnico com o número de áreas ocupadas ou “invadidas” como ele prefere chamar. O par “ocupado-invadido” permeia muitas entrevistas pois são termos que se antagonizam e dão um caráter diferente dependendo de como são alocados. Nesse caso o invadido é pejorativo e mostra uma certa permissividade por parte da prefeita em dar “respaldo” para “invadir” as áreas. Sabemos que na Administração de Maria Luiza havia um compromisso com os movimentos de não usar de violência para reprimir a população carente que ocupava os terrenos em Fortaleza, isso gerou muitos conflitos durante a gestão, pois havia terrenos de particulares que foram desapropriados para a construção de casas, levando esses proprietários a fazer junto com os grupos políticos contrários a sua administração uma forte oposição. O Governo do Estado intitulado: “governo das Mudanças” reprimia as “invasões” e muitas vezes prendia os organizadores enquanto que a Prefeitura enviava advogados para soltar os militantes presos. A Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), por exemplo, apoiou a eleição de Tasso Jereissati para o Governo do Estado. O que poderia parecer um absurdo é compreensível se entendermos que para eles a “Revolução do Proletariado” tinha que necessariamente passar por uma fase anterior que seria a “Revolução Burguesa”, para que só depois dela o nível de consciência dos trabalhadores e de desenvolvimento da nação propiciassem as condições necessárias para a implementação da “Ditadura do Proletariado”. Ademais, com as questões estratégico-teóricas a Federação não conseguiu se inserir nos quadros da “Administração Popular” travando disputas com a UCGF que estava a frente das ocupações com apoio da Prefeitura.

Em 1987 a Jornada de Luta contra a Fome, a Exploração e a Opressão une-se a União das Comunidades e faz-se o Primeiro Congresso da Entidade nos dias 23, 24 e 25 de Outubro no Colégio Oliveira Paiva, reunindo cerca de duas mil pessoas. Segundo a senhora Vilani de Souza, membro da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal no Estado do Ceará - FETAMCE³⁶ e na época eleita primeira presidente da entidade, a partir do Congresso a entidade se fortaleceu e se institucionalizou, mas não teria perdido seu “caráter

³⁶Vilani de Souza, 55 anos, funcionária pública, entrevista dada por e-mail aproximadamente em março de 2012.

popular”. As decisões eram tomadas em conjunto prevalecendo o que era decidido nas assembleias gerais. A entidade buscava não só atuar nas ocupações, mas apoiava greves de diversas categorias, a luta das mulheres do movimento feminista e estava à frente de outras reivindicações como por saneamento básico, água, energia elétrica, creches, trabalho, melhores meios de transporte:

A luta não se restringia a reivindicação por moradia. A ideia era ir além, era a de despertar nas pessoas uma consciência crítica da realidade levando-as a se unir na construção de uma nova sociedade, em que o poder estivesse realmente “nas mãos do povo” (Vilani de Souza).

A UCGF tinha várias instâncias decisórias. A principal era o **Congresso** que acontecia num intervalo de dois ou três anos. No Congresso participavam todas as Associações de moradores filiadas à entidade, ao qual podiam ir também os moradores, não só as diretorias das associações. No Congresso se deliberava sobre as bandeiras de luta e formas de atuação. No início, as chapas obedeciam ao modelo convencional de presidente, vice, secretários ... Depois de duas gestões, elas se tornaram um colegiado em que os diretores dividiam-se em setores: financeiro, administrativo, comunicação ... Este colegiado passa a encaminhar as decisões tiradas no Congresso. Chegou a existir 32 diretores neste colegiado representando várias comunidades. A segunda instância eram as **Assembléias Gerais**, onde se reuniam as entidades ligadas a UCGF que podiam ser ordinárias ou extraordinárias (as entidades podiam ser oficiais ou não). A terceira instância eram as **Assembléias das Associações de Moradores** que tinham autonomia para suas decisões, e levavam suas pautas específicas para as Assembleias Gerais.

Outra questão colocada por D. Vilani era a articulação que havia entre “movimento popular por moradia” e movimento sindical, uma vez que alguns dos moradores das comunidades eram trabalhadores de setores variados.

Participávamos das lutas sindicais, organizávamos os trabalhadores através das associações, íamos a piquetes, fortalecíamos as atividades nas porta de fábrica, era tudo muito intenso, não havia fragmentação, envolvíamos todos os segmentos: desempregados, trabalhadores, mulheres, estudantes etc...

No mesmo ano, a recente legalizada UCGF junto com A Jornada de Luta contra a Fome, a Opressão e a Exploração, acampa no Cambeba, sede do Governo Estadual, exigindo

a desapropriação de terrenos para a construção de casas para a população pobre, bem como cestas básicas para diminuir o sofrimento do povo que sem trabalho passava fome na capital. O acampamento tinha como título Acampar até Conquistar e ocorreu entre os dias 24 de novembro de 1987 a 1º de dezembro do mesmo ano. Na época, Maria Luiza Fontenelle enquanto Prefeita de Fortaleza apoiava os movimentos sociais, já o Governo do Estado os reprimia. O acampamento teve apoio de diversos segmentos da sociedade como pastorais, políticos de esquerda (principalmente do PT) e foi noticiado pela imprensa local. O acampamento como tática de pressão para obter junto ao Estado o cumprimento das reivindicações propostas teve, pelo menos, um grande êxito, a implementação dos Mutirões Habitacionais:

O Acampamento do Cambéa em 87 precipitou a implementação do Programa Mutirões Habitacionais em Fortaleza, definindo a construção dos conjuntos nas áreas em conflito. É relevante destacar a capacidade que teve a ação para determinar o foco do Programa na cidade naquele momento (BRANDÃO, 2001, p.241).

Senão houvesse existido todo esse apoio, os acampados teriam sido expulsos de lá com violência pois o tempo todo que durou o acampamento eram vigiados por policiais armados que “garantiam a segurança” do local. Depois daquele ano a Jornada enquanto movimento independente desaparece ficando somente a UCGF.

Os militantes da UCGF, que participavam do Partido da Revolução Operária (PRO), acreditavam que tinham que fazer a Revolução e construir algo novo, onde não haveria mais a necessidade do Estado burguês, nem de um Estado Proletário, e que essas experiências socialistas não haviam de fato melhorado a vida das pessoas, continuava havendo a divisão em classes: os burocratas do partido, o governo e a população. A partir da década de 90 reformulam seu pensamento ideológico. Numa sociedade realmente sem classes não poderia haver a representação, o governo, o Estado, o trabalho enquanto categoria capitalista, nem mesmo o dinheiro! As pessoas deveriam ter o controle sobre todos os aspectos da vida, desde a produção de bens de uso, até a tomada de decisões sobre como organizar a cidade, o bairro, o país onde viviam através da Democracia Direta. Essas questões não faziam parte dos desejos de pessoas que participavam do movimento e que não participavam do partido. Para maioria o que importava era conseguir a sua casa, e quando conseguiam, a maioria se afastava do movimento, pois para elas o objetivo principal já havia sido alcançado.

A década de 1990 foi marcada pelo fim do chamado “socialismo real” e pela política neoliberal que tinha como meta (de forma simplificada) diminuir as atribuições do Estado (Estado mínimo) e aumentar a participação do mercado. O período coincide com a chegada ao poder de Fernando Collor de Mello que prometia acabar com os “marajás” do serviço público e alavancar a economia. O que se sucede já foi amplamente divulgado: o confisco da poupança para quem tinha mais de 50 mil cruzeiros, o que levou ao imediato descontentamento da classe média, e diversos planos econômicos que não conseguiram conter a inflação. Uma série de escândalos foi divulgado pela imprensa e, por fim foi levado ao impeachment. Seu sucessor Itamar Franco foi um presidente de pouca expressão e somente Fernando Henrique Cardoso conseguiu concretizar um esboço de neoliberalismo no Brasil com o plano real, as privatizações e a derrubada da inflação.

A queda dos governos “socialistas” dos países do Leste europeu fez com que as “ideologias” que nortearam as esquerdas no mundo fossem postas em cheque. O socialismo que existiu no mundo a partir da Revolução Russa, para alguns autores, não passou de um modelo que modernizou o capitalismo. Um destes autores que afirmam esta visão é o teórico marxista Robert Kurz, segundo ele o socialismo e o capitalismo são “faces da mesma moeda”, já que o socialismo praticado nada mais foi que “capitalismo de Estado” ajudando a modernizar o atual sistema produtor de mercadorias, e que o fim do modelo econômico socialista apontava o fim do próprio capitalismo já em processo de crise.³⁷ Foi a queda do muro de Berlim e a reunificação da Alemanha em 1990 que suscitaram a ideia de um “fim da história”³⁸ com a predominância a nível global do capitalismo que agora mostra toda a sua fragilidade nessa crise que se iniciou na década de 1990 e se agudizou em 2008, e que atualmente assola a Europa ameaçando o “equilíbrio econômico” nos dias atuais.

No Ceará a política neoliberal teve início com “o Governo das Mudanças” em 1986, sua continuidade se deu com seus aliados políticos os Ferreira Gomes, durante a década de 1990 e 2000.

³⁷ Robert Kurz é uma importante referência teórica para o grupo que politicamente orientava a UCGF na época o PRO, e depois PART, atualmente o grupo Crítica Radical. Ver as obras: O colapso da modernização, 1992; Todo vapor ao colapso, 1994 e o Artigo: O fim da política no site : <http://obeco.planetaclix.pt> - Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Kurz

³⁸ Fim da história é o título do livro do autor chamado Yoshihiro Francis Fukuyama (Chicago, 27 de outubro de 1952). É um filósofo e economista político nipo-estadunidense. Figura chave e um dos ideólogos do governo Reagan, Fukuyama é uma importante figura do Neoconservadorismo. Fukuyama considera o capitalismo o grande “vencedor” da disputa travada durante a Guerra Fria entre os dois grandes sistemas socioeconômicos que dominavam o mundo: capitalismo e socialismo. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Francis_Fukuyama

Estar associado a uma entidade como a UCGF ou a FBFF não era a única forma de luta encontrada pelos participantes de movimentos por moradia. Os acampamentos nas sedes dos poderes municipal e Estadual tornam-se frequentes a partir da década de 90 como forma de pressionar os gestores a garantir a regulamentação dos terrenos ocupados, e a infraestrutura necessária para a permanência nos locais (água, energia elétrica, pavimentação, creches, escolas...). Caminhadas e passeatas seguidas de atos públicos também faziam parte da estratégia de luta das entidades para garantir o direito à moradia e aos serviços básicos à população carente da cidade. A moradora Mirna da comunidade do Barroso II conta como foi sua experiência num destes acampamentos, no caso acampamento de 1991 no Cambeba, quando do governo de Ciro Gomes:

A gente formou grupos né, a gente formou um grupo de doze pessoas e esse grupo ficou responsável de correr atrás pra conseguir a nossa moradia, a nossa terra pra nós, pra nós fazer a nossa moradia e a gente queria essa terra aqui. Então acampamos no Palácio lá, (Cambeba, grifo meu) quando nós chegamos lá, pra nossa surpresa a polícia já estava lá, então a gente deduziu que havia alguém passando informação da gente lá pra dentro, porque nós chegamos cedo, sem avisar, saímos 1h da madrugada, chegamos de surpresa, e simplesmente a polícia estava lá pra nos receber, a polícia foi quem nos recebeu, mas não fez nenhuma ação brutal com a gente, só guardando o local. E a gente ficou na mobilização, muitas, tinha muitas crianças, e agente saiu ali mesmo pelas redondezas atrás de arrecadar alimento, a gente ali foi atrás de papelão, de jornais, pra montar o acampamento pras pessoas que tavam passando necessidade. E nós estava querendo a resposta do governador pra nós. A gente insistiu, insistiu até conseguir uma entrevista com o doutor Adolfo Marinho que era o braço direito do Ciro Gomes. Ele mostrou mil maneiras para não nos receber. Porque tinha pessoas infiltradas no meio, pessoas que não eram de bem, pessoas que eram interesseiras, que ele tinha provas nas mãos e que só ia nos receber se nós retirasse essas pessoas do meio. Eu não gosto de ficar calada, disse que só ia nos receber se tirasse uma pessoa que tava liderando da comissão, aí eu perguntei essa pessoa tem nome? Ele disse tem, é a “fulana” do Riacho Doce.

Com a fala da moradora percebe-se o processo de desagregação que acontecia no movimento com os conflitos internos e as disputas pelo poder, insuflados muitas vezes por pessoas do próprio governo que tinham como objetivo último dividir e enfraquecer o movimento. Essas tensões eram constantes quando a ocupação se estabelecia de fato e começavam a buscar a negociação com os governos tanto municipal como estadual. Outro momento de conflito era na fase de mutirão, onde também se verificou, através dos relatos, desunião entre os ocupantes, o que é compreensível em aglomerações tão grandes de pessoas com modos de ser diferentes e onde a ideia de comunitarismo inicial passa a dar lugar ao individualismo.

Outra forma de luta buscada pelo movimento dos sem-teto é o apoio de parlamentares a sua causa. O apoio de parlamentares a esses movimentos abriu um canal de negociação importante com os poderes públicos. O vereador era visto como a figura política mais indicada para intermediar estas negociações. Muitos viam esta relação comunidade - vereador como uma via de mão dupla. O vereador, por fazer sua base eleitoral na comunidade e conseguir votos na próxima eleição, e os representantes dos moradores, por confiar ao vereador eleito que levasse adiante as reivindicações daquela comunidade que o elegeu.

Na tese de doutorado *Movimentos Sociais Populares em Fortaleza*, o professor José Borzachiello assim analisa essa relação:

A intermediação entre povo e poder municipal é normalmente feita por vereadores que tradicionalmente “regionalizam” um espaço mais amplo, seja esse uma pequena vila, a cidade média ou a grande cidade. A participação do povo no processo reivindicatório sem essa mediação, provocada por atitudes de desconfiança das massas em relação aos seus “representantes” e a seus governantes de modo geral, provocou sem dúvida reações por parte desses representantes que mantinham nos respectivos “currais”, seus “cabos eleitorais” estabelecendo relações de subordinação e dominação, em troca de alguns equipamentos e ou serviços coletivos (SILVA, 1986, p.2).

Nos períodos eleitorais e após eles, as lideranças de bairro e as associações eram o alvo predileto dos cabos eleitorais para formar um eleitorado para seus candidatos ditos “populares”. Vendendo a ilusão de que o vereador sendo eleito seria o elo entre a comunidade e o gestor municipal trazendo para a comunidade as melhorias de que a mesma necessitava. Na maioria das vezes o vereador depois de eleito nem sequer pisava mais nas comunidades que o elegeram, ficando as promessas guardadas para o pleito seguinte. Havia exceções, caso da vereadora Rosa Fonseca antiga ativista política de esquerda que, sendo eleita em 1992 com uma campanha voltada para as comunidades pobres e a juventude, tendo tido uma expressiva vitória nas urnas, fez jus a seu mandato, denunciando na Câmara o que não era de interesse público e defendendo os ocupantes contra despejos violentos perpetrados pelo Estado e Município.

O movimento social por moradia também extrapolava as fronteiras da cidade e do Estado, como já mencionado. A Central dos Movimentos Populares (CMP) foi criada na década de 1990 para servir como um órgão de organização que congregasse os diversos movimentos existentes em plano nacional e apoiassem a luta dos mesmos. Podemos comparar a CMP a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que unificava a luta sindical no Brasil. A ideia da CMP era fortalecer os movimentos nos Estados, para que atuando de forma unificada

conseguissem junto aos governos maiores vitórias do que lutando isoladamente. Seu Congresso de Fundação acontece em 1993, e o Ceará esteve representado através de diretores da UCGF. A UCGF foi filiada a CMP durante muitos anos e também ao Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN).³⁹ Sua participação se encerra com o fim da entidade em 2001.

Não se pode falar em entidades de bairros sem se falar na linha política ou filiação partidária dessas entidades. Na UCGF podemos destacar duas fases bem distintas, a primeira quando da formação e crescimento da entidade, em que prevaleceu o engajamento partidário de parte dos membros dentro do PT (e dentro do PT agrupando-se enquanto Partido da Revolução Operária - PRO). Já fora do PT tentaram a construção de um Partido independente o Partido dos Trabalhadores pela Emancipação Humana -PART. E a segunda fase foi quando houve a ruptura com a política partidária e passou a atuar dentro do Movimento pela Emancipação Humana até seu desfecho. Para explicar melhor como o movimento pela moradia estava dividido entre os Partidos políticos de esquerda da época, me apoiei na análise de Irlys Barreira:

Na medida em que os distintos grupos partidários vão assumindo sua identidade, ao lado do enfrentamento de várias lutas, metodologias diferentes também passam a caracterizar os vários trabalhos. É possível dizer que o PC do B, o PC e o MR-8, unificados através da Federação, optam por enfatizar a natureza organizacional dos movimentos instituídos em Associações. Por outro lado, o Partido Revolucionário Comunista (PRC) e setores do PT tomaram como referência fundamental estratégias de mobilização mais ostensivas, capazes de dar maior visibilidade e poder de pressão aos movimentos (BARREIRA, 1992, p.121).

³⁹ A Central dos Movimentos Populares surgiu da necessidade de articular os vários movimentos existentes a nível nacional em uma Central. Seu congresso de fundação ocorre em 1993. Atualmente a CMP atua em 15 Estados e os movimentos em torno da Central são variados e vão desde ONGs de mulheres, movimentos de negros, moradia e comunitários, passando pelos movimentos culturais, de rádios comunitárias, indígenas e ecológicos, dentre outros, propondo diretrizes gerais para as lutas a serem travadas em cada momento específico, bem como colaborar com a construção de um projeto político popular para a transformação da sociedade. O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) foi criado em julho de 1990, no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 13 estados. Materializou-se depois das grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos, deflagradas principalmente na década de 80. O objetivo central do MNLN é a solidariedade pelo espaço urbano, numa luta orgânica e única em conjunto com o MST, além da terra, luta pelo lote, pela casa, saneamento e demais necessidades da população. O movimento está organizado em 15 estados: Pará, Acre, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Tocantins, Paraná, Paraíba e Rio Grande do Sul. Fonte: internet:<http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/coordenacao/movimentos-populares/57-cmp-central-dos-movimentos-populares.html>,
<http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/coordenacao/movimentos-populares/56-mnlm-movimento-nacional-de-luta-por-moradia.html>

Na época o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que se organizou a partir de “um racha” dentro do Partido Comunista do Brasil - PC do B, estava dentro do PT e fazia parte junto com outras correntes do PT, da “Administração Popular”. Já o surgimento do Partido da Revolução Operária (PRO) veio de setores discordantes da linha de atuação e visão da teoria marxista dentro do PRC. Essas várias correntes marxistas e até não marxistas tentavam estabelecer suas bases dentro do PT e disputar a hegemonia dentro do Partido. O PRO segundo as fontes pesquisadas (orais e um documento do partido) tinha como objetivo não ser “um fim em si mesmo” e apenas ser o ponto de partida para uma revolução dos trabalhadores que iria além do socialismo existente naquele momento histórico (1986). A partir de seu surgimento, esse partido que era clandestino, apoiava as diversas lutas empreendidas por seus militantes nos diversos movimentos, seja ele, sindical por moradia, feminista ou estudantil... Mas apesar de vários membros da diretoria da UCGF fazerem parte dos quadros do PRO e até fazerem parte da prefeitura até o fim do mandato de Maria Luiza, isso não significou que o partido tomasse as decisões a serem implementadas pelas entidades ligadas a ele. Havia pessoas na diretoria e membros que eram do PT e outros que eram apartidários. Havia por parte do PRO um posicionamento a respeito das táticas a serem postas em prática pelas entidades, mas elas tinham liberdade de seguir ou discordar do direcionamento da luta pelos membros que eram do partido.

No ano de 1992 aconteceram várias ocupações simultâneas (Barroso, Castelinho, Palmeiras II) e a nível nacional um grande acontecimento: O “Movimento Fora COLLOR”. Partidos de oposição, movimento sindical, estudantil e o movimento social por moradia, formaram a base do Movimento, cuja principal bandeira de luta era o Impeachment do Presidente. Organizado pela UNE, CUT, partidos de oposição e que teve adesão de muitos setores da sociedade, este Movimento, diante de várias denúncias e “escândalos” noticiados pela imprensa, exigiu a saída imediata daquele governo, que acabou em Impeachment.

Diz-se que o primeiro movimento a pedir sua saída do Governo foi feito aqui no Ceará, em Juazeiro do Norte, pelos militantes do PRO e demais movimentos ligados a ele como a UCGF e a UMC, além de partes do Movimento Sindical e estudantil, em abril de 1991, quando o Presidente Collor veio a Juazeiro do Norte a convite do governador do Estado. As entidades deslocaram vários ônibus com o pessoal das comunidades ocupadas e militantes de diversos setores. O protesto acabou em pancadaria promovida pelos seguranças particulares de Collor de Mello, o episódio teve destaque na imprensa nacional (Revista Veja, 10 de abril de 1991 - edição virtual). No ano seguinte, pressionados por diversas denúncias

que a imprensa publicava diariamente juntamente com matérias veiculadas nos jornais e programas de televisão, começaram as passeatas do “Fora Collor”, que levaram multidões as ruas.

Em Fortaleza as passeatas pararam escolas, e tiveram ampla adesão dos estudantes que se concentravam no centro da cidade. Os moradores dos bairros e comunidades que faziam parte das principais entidades do movimento dos sem-teto participaram ativamente desse movimento. Passeatas que chegaram a colocar cinco mil pessoas nas ruas aconteciam quase que semanalmente. A UCGF levava faixas que pediam não o “Impeachment de Collor” mas o “Fora Collor e Itamar (seu vice) Democracia Direta Já!” mostrando uma posição diferenciada diante de muitas entidades que compunham o movimento.

Em 1997 a UCGF e a Central dos Movimentos Populares - CMP juntas com outras entidades de luta dos sem-teto pelo Brasil vão até Brasília tentar uma audiência com o então presidente Fernando Henrique Cardoso. O objetivo era entregar um documento com uma série de reivindicações, entre elas a criação de um “Fundo Nacional vinculado para a Habitação”, mais recursos para habitação e implementação do SUS (Sistema Único Saúde). Os manifestantes que segundo a fonte pesquisada eram cerca de 3.800 pessoas, chegando a 4.500 na passeata que fizeram da Rodoviária até o Palácio do Planalto, contaram com a adesão de habitantes das cidades satélites. Apesar de um forte esquema de segurança de 1.250 homens da PM, não houve confronto com os manifestantes.⁴⁰

No final da década de 1990 há uma diminuição no número de ocupações pela cidade. A UCGF no seu último Congresso (1999) começou a questionar as reivindicações dentro do sistema capitalista, pois ficou constatado pela experiência de mais de 20 anos de atuação que estas reivindicações se transformavam num ciclo e que de fato não transformavam a realidade das pessoas mais pobres da cidade. Somente ter a moradia não lhes assegurava uma vida melhor, pois a questão da desigualdade social é bem mais profunda. Dentro do sistema produtor de mercadorias, as pessoas que não se incluem no mercado de trabalho não tem como manter-se, e as soluções encontradas para sobreviver num sistema em que o dinheiro é a principal forma de mediação entre as pessoas e as mercadorias são diversas: reciclagem, biscates, vendas, serviços como de manicure, cabelereiro, sapateiro, são

⁴⁰ Segundo o jornal Folha de São Paulo, São Paulo - Caderno Política - 11.07.1997. Integrantes do movimento que lá estiveram dizem que algumas passagens da matéria não condizem com os fatos. Exemplo; a matéria diz que anarquistas subiram num carro de som para lerem uma carta manifesto. Os anarquistas não estiveram lá, e quem subiu de fato no carro de som foi o ex-diretor da UCGF Gilberto Americo.

exemplos de formas honestas de adquirir o sustento, dentre as possibilidades de sobrevivência. Mas podem também partir para a criminalidade. Foram esses questionamentos juntamente com uma mudança na base teórica que saiu do marxismo tradicional e passou a conhecer novas interpretações de base marxista mais avançada para explicar a crise do sistema, que levaram a direção em Assembleia Geral a concluir que o número de terrenos na cidade já chegara a um limite além das questões teóricas já citadas a encerrarem suas atividades. Isto depois de um longo acampamento de quase dois meses na Praça da Sé em frente a Prefeitura, fazendo com que alguns integrantes chegassem a fazer greve de fome para obter a conquista das reivindicações, obtendo ao final tão somente cestas básicas para os acampados o que trouxe muito desgaste para todos. A UCGF encerra suas atividades em novembro de 2001 quando haveria seu sexto Congresso que não chegou a acontecer.

Um dos pontos mais discutidos e difíceis da época para o movimento, foi a questão da venda dos terrenos e casas. A venda da casa, fruto da luta, muitas vezes acontece por conta de suprir a necessidade imediata pelo dinheiro e muitas pessoas acabavam indo novamente ocupar. Se não conseguiam se cadastrar em ocupações organizadas por entidades, acabavam indo para as áreas de risco: margem de rios, viadutos, dunas... Essa prática foi usada pela imprensa e o governo para deslegitimar o movimento por moradia na cidade e acusar os ocupantes de querer se beneficiar das ocupações desonestamente. Diante do que averigui na pesquisa, pra grande maioria vender o terreno, ou a casa pronta ou mesmo alugá-la, não era a intenção inicial, mas as circunstâncias adversas como desemprego e dificuldades financeiras... fizeram com que uma parte dos ocupantes tivesse essa postura considerada “errada” e “desonesta” por vários segmentos da sociedade. No entanto o que encontrei em minha pesquisa de campo foram famílias morando há mais de vinte anos no mesmo lugar, como no caso da Mirna do Barroso, do seu Bené do Conego de Castro, do seu Didi do Castelinho e da Socorro da Leste, só para citar os que mais contribuíram com seus depoimentos, mas a maioria continua morando no local ocupado e posso hoje indagar se essa prática da venda das casas nas ocupações não poderia ter sido feita por uma minoria, que acaba sendo culpabilizada por moradores dos bairros, beneficiados por programas habitacionais ou que não tenha precisado ocupar terrenos para adquirir seu imóvel. Essas pessoas acabam sendo de forma generalizada a prática da venda pelos ocupantes, o que criou um preconceito, como se todos tivessem essa postura considerada “anti-ética”, não cabendo a ninguém julgá-los por isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o tema das ocupações urbanas em Fortaleza amplo e complexo, pude perceber que meu trabalho apenas apontou algumas questões interessantes para a reflexão, a merecer mais estudos acadêmicos. Busquei compor um quadro de como essas ocupações marcaram o cotidiano das pessoas envolvidas e suas implicações político-sociais na cidade de Fortaleza. Eis algumas das considerações a que cheguei.

Em primeiro lugar é de que através da luta do movimento social por moradia as ocupações se tornaram instrumentos de luta e pressão para que os governos municipal e estadual fossem obrigados a olhar para a população pobre da cidade. As pessoas nas ocupações, por sua vez, estavam mais preocupadas em garantir a posse definitiva da terra. A maioria falava que no início havia união e depois que cada um conseguia fazer sua casa, reinava o individualismo. Havia aqueles, que ao conseguirem sua casa, a vendiam ou alugavam, indo se engajar em uma nova ocupação. Outros conseguiam mais de uma casa. Não podemos apenas falar dos aspectos desejados, esquecendo outros caminhos. As décadas de

oitenta e noventa foram marcadas por um engajamento de setores da população excluída buscando se inserir politicamente nas decisões da cidade. Eles lutavam não só para ter um teto, um abrigo, mas para ser reconhecidos como cidadãos plenos de direitos. Essa compreensão, mesmo que não acontecida de forma ampla, contou com muitos daqueles envolvidos no processo de ocupação e resistência do movimento: Igreja, associações de bairro, entidades federativas (UCGF, FBFF), líderes comunitários que propunham o enfrentamento de forma organizada para garantir o direito básico à moradia.

Em segundo lugar vejo que as ocupações urbanas ressaltaram as tensões e disputas entre interesses antagônicos que são os do Estado burguês e o dos ocupantes. O primeiro tentando manter a ordem e o domínio da propriedade privada e o segundo disputando um espaço importante de afirmação enquanto sujeito ativo do processo de ocupação do espaço urbano, quebrando a lógica do mercado de que a casa enquanto mercadoria só é destinada, na maior parte das vezes, àqueles que possam usufruir dela por meio da compra ou da sua locação por um determinado período de tempo. Os acampamentos nas sedes dos poderes, tanto municipal, Palácio do bispo, quanto estadual, Cambeba, foram demonstrações de resistência e força desse movimento indo para o embate direto com os governos. A análise das narrativas de alguns moradores e de militantes me fez perceber o quanto aqueles relatos diziam de momentos importantes de suas vidas em que se sentiam participando de algo “maior”. A palavra mais usada entre esses moradores foi “união”. Seu Benedito, o Bené, disse que o que considerou como mais importante daquela época foi a “união de todos”, “por que todos comiam da mesma panela”, pelo menos naquele primeiro momento, no começo da luta, da entrada no terreno.

Foi uma pesquisa que fez com eu conhecesse melhor minha própria cidade, que percebesse lugares que para mim nem existiam e descobrisse, nesses lugares marginalizados, pessoas com histórias de vida muito interessantes. A União das Comunidades da Grande Fortaleza acabou em 2001, por se negar a continuar, como diz um de seus ex-diretores “modernizando o capitalismo”, mas a Federação de Bairros e Favelas ainda existe, bem como o CEARAH Periferia, ONG que trabalha diretamente com projetos ligados a moradia e urbanização.

O motivo pelo qual as pessoas se organizaram para ocupar terrenos continua. A desigualdade social em Fortaleza é muito grande e o déficit habitacional está longe de ser resolvido. Os imóveis se tornam cada dia mais caros e, portanto, cada vez mais inacessíveis para toda uma camada da população que não tem como adquirir a casa própria e recorre aos

programas governamentais como o “Minha casa, minha vida” que resolvem somente uma parte desse déficit, que ainda está longe de acabar. As ocupações que se observam na cidade hoje são pontuais e não há disponibilidade de terrenos como havia naquela época, os que existem estão nas mãos da especulação imobiliária.

Considero importante o desenvolvimento de estudos sobre essas ocupações, Fortaleza não seria a cidade que conhecemos (ou desconhecemos?) sem elas. E desejo que mais trabalhos acadêmicos se ocupem dessas experiências urbanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D’Assunção. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ; Vozes, 2007

BARREIRA, Irllys Alencar F. **O Reverso das Vitrines: Conflitos urbanos e cultura política em construção**. Editora Rio Fundo. Rio de Janeiro -RJ-1992.

BERNAL , Maria Cleide Carlos. **A MetrÓpole Emergente: A Ação do Capital Imobiliário na Estruturação Urbana de Fortaleza**. Ed. UFC; Fortaleza -CE, 2004

BRANDÃO, Fatima Regina Lopes. **A elaboração do saber nas lutas pela moradia** – Um estudo sobre ocupações de terreno em Fortaleza. Dissertação de Mestrado. Fortaleza - Ceará . UFC. 2001.

DANTAS, Eustógio; COSTA, Lustosa Clelia Maria, SILVA, Borzacchiello J. **De Cidade à metrÓpole.(Trans)formações urbanas em Fortaleza**. Edições UFC, Fortaleza. 2009.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão : da Operação Sam aos anos de chumbo**. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira. Civilização Brasileira, Grupo Record. São Paulo, 2012.

- GONH, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo, Edições Loyola. 1991.
- LEFEBVRE , Henri. **O Direito a Cidade**. São Paulo. Editora Documentos. 1969.
- MALERBA, Jurandir.org. A historia Escrita- Teoria e História da Historiografia. São Paulo – Contexto. 2006
- MATTOS, Geisa; MATTOS, S.L de Kelma; CARVALHO, S. M. de. (Org.) **Conjunto Palmeiras, aspectos sociais, políticos e econômicos**. Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará. 2002.
- NEVES, Frederico de Castro . **A multidão e a Historia: Saques e outras ações de massa no Ceará..** Rio de Janeiro. Relume Dumará: Fortaleza , Secretaria de Cultura e Desporto .2000
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História –Revista do Programa de Pós Graduação em História e do Departamento de História da PUC –SP, nº 14,São Paulo.1997.
- SILVA, Borzacchiello J . **Movimentos Sociais Populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica**. USP. Departamento de Geografia. Tese. São Paulo, 1986.
- SILVA, Borzacchiello J. **Os incomodados não se retiram; uma análise dos Movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza em questão. Fortaleza, Ed. Multigrafi- Fundação Demócrito Rocha. 1991.
- SILVA, Borzacchiello, J, **Nas trilhas da cidade. 2ª edição**. Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Ceará .Fortaleza .2001
- SOUZA, João Carlos de, **Na Luta por Habitação. A construção de novos valores**,–Editora EDUC._PUC – São Paulo, 2001
- TABOSA, Jose Maria. **Lutas Memórias e Vivências** – org. Edições Demócrito Rocha e Cearah Periferia. Fortaleza, Dez. 2011.
- VEYNE, Paul.**Como se escreve a Historia e Foucault revoluciona a Historia**. Trad. De Alba Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Editora UNB, Brasília , 2008.

FONTES

Periódicos:

Movimento Pela Democracia Direta se reúne com Presidente Itamar Franco. **Folha de São**

Paulo. São Paulo. 26 março 1993.

Movimento Pró Democracia Direta reúne-se com Presidente Itamar Franco. **O GLOBO**. Rio de Janeiro. 26 março1993.Política

(mesmo assunto) Jornal do Brasil, São Paulo, 26 março 1993

Caravana Pró Democracia Direta reúne-se com Presidente em Brasília. **O Povo**, Fortaleza. 29 março1993- Caderno Política.

Mais de 500 sem-teto reivindicam moradias à Cohab. **O Povo**. 9 abril 1996.

Invasores do Júlio Cesar já somam 1600. **Diário do Nordeste**, Fortaleza,03 maio 1996 – Caderno Cidade.

Sem-Teto fazem Ato no Cambeba. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 29 agosto1996.

Sem-teto são despejados de terreno em Messejana. **O Povo**, Fortaleza, 21dezembro1996. Caderno Cidade.

Sem-Teto reúnem-se em Brasília. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 junho 1997.

Outro imóvel é invadido por sem-tetos da Barra do Ceará. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 31 julho 1998.

Permanece Acampamento em Frente à Prefeitura. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 14 agosto 1998.

Documentos da Entidade:

Contribuição para o 1º Encontro Nacional de Luta de Transportes. Fortaleza,1988 (Panfleto UCGF)

Fora Caiado e a UDR. Fortaleza, 1987. (Panfleto UCGF)

Greve da FINOBRASA (Nota de Repudio à direção da FINOBRASA e a repressão Policial.) Fortaleza, 1987.

Jornal A Luta –Informativo da UCGF. Primeiro número . Fevereiro de 1992.

O Mundo que temos e o mundo que queremos. V Congresso da UCGF 1999.(Resumo das Teses do Congresso)

Teses do I Congresso da UCGF. Fortaleza, 1987

UNIÃO DAS COMUNIDADES DA GRANDE FORTALEZA: (Documento datilografado contendo um resumo das ocupações da Favela José Bastos, Ipaumirim, e Terra Prometida , sem autor, sem data –Fortaleza ,Arquivo UCGF

II Congresso da União das Comunidades da Grande Fortaleza .1990 (Panfleto convocatório)

.
Material Iconográfico: 146 fotos de ocupações e acampamento em frente ao Paço Municipal . color. Tam:10x15 . Fortaleza .(1990-1994) Acervo da UCGF.

Mídias Digitais:

Mapa de Fortaleza: disponível em :<<http://www.ceara.com.br/fortaleza/mapadefortaleza>> .

CEARAH Periferia, disponível em:<<http://www.cearahperiferia.org.br/pagina-exemplo/historia/>> Acesso em 31 de julho de 2013.

Central dos Movimentos Populares ,disponível em:

<<http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/coordenacao/movimentos-populares/57-cmp-central-dos-movimentos-populares.html>> Acesso em 10 de julho de 2013

Família Feitosa: disponível em: <<http://estoriasehistoria-heitor.blogspot.com.br/2012/12/livros-em-que-familia-feitosa-e-tema.html>> Acesso em :29 de junho de 2013.

Federação dos Bairros e Favelas de Fortaleza :disponível em:

<<http://fbfffortaleza.blogspot.com.br/>>Acesso em : 30 de maio de 2013

Jornal O Povo edição on-line: disponível em: <<http://www.opovo.com.br/>> Acesso em: 30 de maio de 2013

Jornal Diário do Nordeste: disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/>> Acesso em: 30 de maio de 2013

Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN):

<<http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/coordenacao/movimentos-populares/56-mnlm-movimento-nacional-de-luta-por-moradia.html>> Acesso em : 10 de julho de 2013

Sururu em Juazeiro: No Ceará, seguranças do presidente Collor se envolvem numa briga de rua com manifestantes da CUT e do PT. VEJA edição semanal de 10 de Abril de 1991, capa: O Assalto à Previdência.p.25,26. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/>>. Acesso em : 20 de dezembro de 2012

Robert Kurz: disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Kurz>. E site: <http://obeco.planetaclix.org> Acesso em : 20 de dezembro de 2012

APÊNDICE I

(Entrevistas):

Antônio Augusto

(59 anos, casado, morador do Castelinho, pedreiro *entrevista gravada em 18 de dezembro de 2012, participou da entrevista outro morador seu Airton de 59 anos ,cerca de 15 minutos.*

Benedito Oliveira Cruz (43 anos, separado, pequeno comerciante morador do prédio da Cônego de Castro, *entrevista em 30 de dezembro de 2012)*

Francisco Jose Ângelo (Didi)

(43 anos, casado, morador do Castelinho, pequeno comerciante), *entrevista gravada em 18 de dezembro de 2012 cerca de 21 minutos)*

Francisco Iranildo da Silva

(48 anos, solteiro, ex-morador da comunidade 3 de junho. Ex-participante da UCGF. Entrevista gravada dia 4 de junho de 2013. Cerca de 20 minutos.

Gilberto Américo Fialho

(46 anos, casado ,ex- morador da comunidade da 24 de março, ex-diretor da UCGF e , atualmente professor de Historia da rede publica estadual)entrevista em forma de questionário respondida por e-mail . abril de 2012

Gislene Barros Silvestre

(27 anos, estudante, moradora da Leste –Oeste , entrevista gravada dia 1de junho, 15 minutos)

Jacó Ferreira de Mello

(47 anos, casado, ex-morador do Castelinho e ex-diretor da UCGF, contribuiu escrevendo um texto manuscrito sobre como se dava o dia-a-dia das ocupações)

Jose Carlos Rodrigues

(56 anos, separado, ex-morador do Ipaumirin, ex presidente e ex-diretor da entidade, e contribuiu com importantes informações desde o inicio da pesquisa. não gravou entrevista)

Judith Mirna da Rocha

(46 anos, mãe de cinco filhos, moradora do Barroso II, manicure)entrevista gravada em 18 de dezembro de 2012- duração :27 minutos

Maria Ivoneide Galdino

(62 anos, proprietária de um bar, moradora do Parque Santo Antonio. participou da UCGF e da UMC) entrevista gravada em 30 de dezembro de 2012 , 28 minutos)

Maria do Socorro de Queiroz Harrenger

(55 anos , viúva, dona-de-casa, moradora e uma das organizadoras da ocupação da Leste-Oeste) Entrevista gravada dia 1 de junho de 2013, 31 minutos.)

Vilani de Souza Oliveira

(Ex- presidente da UCGF, atualmente na diretoria da FETAMCE) entrevista em forma de questionário respondida por e-mail. Abril de 2012

APÊNDICE II

Ocupações e respectivos Bairros:

Primeiras Lutas

- | | |
|--------------------------|-----------------|
| 1. Favela Jose Bastos | Couto Fernandes |
| 2. Jardim Nova Esperança | Papicu |

Área da Barra/Pirambu:

- | | |
|------------------|----------------|
| 3. Goiabeiras | Barra do Ceará |
| 4. Cipelco- | Barra do Ceará |
| 5. Quatro Varas | Pirambu |
| 6. Sete Prédios | Barra |
| 7. Buraco do Céu | Pirambu |

8. Colônia	Pirambu
9. Leste-Oeste	Carlito Pamplona
10. de Setembro	Jardim Iracema
11. Terra Prometida	Pirambu
12. Nossa senhora da Paz	Pirambu

Área do Castelo

13. Barroso I, II, III -	Castelão
14. Passaré	Passaré
15. 24 de Março	Barroso .
16. Castelinho	Castelão
17. Boa Vista	Castelão
18. Unidos Venceremos	Castelão
19. Riacho Doce	Castelão
20. Beco do Boi	Jardim Castelão
21. Favela do Mosquito	“

Área do Jangurussu:

22. Sítio Estrela	Jangurussu
23. João Paulo II	Jangurussu
24. Sem-Terra	jangurussu
25. 3 de Junho	Jangurussu
26. São Jerônimo	Jangurussu
27. Palmeiras II	Palmeiras
28. 04 de Junho	Jangurussu
29. Sítio São João	Jangurussu

Área do Mondubin:

30. Cônego de Castro (Predio)	Parque Santa Rosa
31. Ipaumirim	Planalto Airton Sena

32. São Jose da Conquista	Planalto Airton Sena
33. Novo Renascer	Conj. José Walter
34. Parque Santo Antônio	Mondubim
35.Parque São José	Parque São José
36.Travessa Imperatriz	Itaperi
37.Pantanal	Planalto Airton Sena
38. Barracal	Ipaumirim (P. Airton Sena)
39. Apartamentos(Quadra 5)	Aracapé
40.Parque Santana	Mondubim
41.Parque Santana II	Mondubim
42.Cidade Nova	(divisa com Maracanaú)
43 Conjunto Vitória	Mondubim
44 Parque Veras	Mondubim

Área do Papicu/ Mucuripe:

45. Morro das Placas	Verdes Mares
46. Morro da Vitoria	Vicente Pizon (Farol)
47.Verdes Mares	Papicu
48.Favela dos Cocos	Papicu
49.Travessa Paris	Verdes Mares
50.Dolor Barreira	Papicu
51.Pau Fininho	Papicu
52.Santa Joana Darc	Papicu
53.Ocupação da Brahma	Papicu
54.Favela do Trilho	Aldeota
55.Riacho Maceió	Aldeota
56.Fonseca Lobo	Aldeota
57.Baixa Pau (Poço das Dragas)	Praia de Iracema
58..Galileia	Edson Queiroz
59.Travessa Esperança	Papicu

Área do Antônio Bezerra:

60.Villejack	Álvaro Weyne
61.Vila Velha III	Prox. Conjunto Ceará
62. Nova Jerusalém	Quintino Cunha
63.Canil	Henrique Jorge
64.Reino Encantado	Álvaro Weyne
65 .Buraco da Gia	Ant. Bezerra
66 .Entrada da Lua	Final do Henrique Jorge
67. Zizi Gavião	Frifor
68.Mangueiral	Ant. Bezerra
69.Planalto Pici	Planalto Pici

Área do Siqueira:

70. Fluminense I	Siqueira
71. Fluminense II	Siqueira
72 Jardim Fluminense	Parque Santa Rosa
73.Parque Nazaré	Siqueira
74.Jatobá	Siqueira
75. Parque São João	Siqueira

Área Parque Dois Irmãos:

76. Parque Dois Irmãos	Parque Dois Irmãos
77.Rosalina	Parque Dois Irmãos

Área da Messejana:

78.Cajueiro Torto	Messejana
79.BarroDuro	Lagoa redonda
80. Pe. Josino	Santa Filomena
81.Santos Dias	Messejana
83.Chico Mendes	Messejana

84. Santa Filomena	Messejana
85.São Bernardo	Messejana
86.Patativa do Assaré	Messejana

OUTROS:

84.Julio Cesar(Prédio)	Montese (não continuou)
85.Leblon	Barra
86. Lagoa do coração*	Praia do Futuro
87. Ocupação do Pôr-do-sol	Caça e Pesca
88.Favela do Dendê	Seis bocas
89. Parque Santo Antônio	Parque São José
90. Vila Maria	Parque São José
91. Ocupação da Frederico Severo	Messejana(não continuou)
92. Conac(Prédio) Forrozo da Fco. Sá.	Barra(não continuou)
93. Planalto Vitoria	Parque Santa Rosa
94. Alto Alegre (Beira do Rio)	Alto Alegre
95. Ocupação na Vila União	Lagoa do Opaia
96.Ocupação no Tancredo Neves	Tancredo Neves
97.Lago Azul (Beco da Agua)	Ipaumirim

- Lagoa do Coração não foi uma ocupação organizada pela UCGF, ela já existia desde 1975, mas a UCGF apoiou a organização da Associação de Moradores e evitou um despejo.

ANEXO

Mapa oficial dos bairros de Fortaleza*



*Podemos verificar que neste mapa não se encontra o nome de nenhuma comunidade ocupada, não encontrei na internet nem no Curso de Arquitetura da UFC nenhum mapa das favelas de Fortaleza.